Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 5

3.2 - Medições não contábeis 6

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 10

3.4 - Política de destinação dos resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 13

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 14

3.7 - Nível de endividamento 15

3.8 - Obrigações 16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 17

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 18

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 19

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 22

4.5 - Processos sigilosos relevantes 23

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 24

4.7 - Outras contingências relevantes 25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 26

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 30

Índice

5.3 - Descrição dos controles internos 31

5.4 - Alterações significativas 32

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 33

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 34

6.3 - Breve histórico 35

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 37

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 38

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 40

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 44

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 45

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 46

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 47

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 48

7.8 - Políticas socioambientais 49

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 53

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 54

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 55

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 56

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 57

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 58

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 59

Índice

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 60

10.2 - Resultado operacional e financeiro 61

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 67

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 68

10.5 - Políticas contábeis críticas 69

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 72

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 73

10.8 - Plano de Negócios 74

10.9 - Outros fatores com influência relevante 75

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 76

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 77

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 78

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 79

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 82

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 83

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 84

12.7/8 - Composição dos comitês 89

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 90

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 91

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 92

12.12 - Práticas de Governança Corporativa 93

12.13 - Outras informações relevantes 94

13. Remuneração dos administradores

Índice

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 95

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 96

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 97

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 101

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 103

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 104

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 105

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 106

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 107

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 108

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 109

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 110

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 111

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 113

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 114

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 115

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 116

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 117

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 118

14.5 - Outras informações relevantes 119

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 120

15.3 - Distribuição de capital 122

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 123

Índice

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 124

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 125

15.7 - Principais operações societárias 126

15.8 - Outras informações relevantes 127

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 128

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 130

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 132

16.4 - Outras informações relevantes 133

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 134

17.2 - Aumentos do capital social 135

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 136

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 137

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 138

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 140

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 142

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 143

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 144

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 145

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 146

18.8 - Títulos emitidos no exterior 147

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 148

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 149

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 150

Índice

18.12 - Outras infomações relevantes 151

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 152

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 153

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 154

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 155

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 157

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 158

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**CIRO MATTOS MARINO**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**PAULO ROBERTO DANTAS OLIVEIRA**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, a Diretoria da CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099, KM 20 – Centro – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

(i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
(ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 480, em especial aos arts. 14 a 19.
(iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 19 de maio de 2017

_____
Ciro Mattos Marino
(Diretor Presidente)

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor de Relações com Investidores da CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099, KM 20 – Centro – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

(i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
(ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 480, em especial aos arts. 14 a 19.
(iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 19 de maio de 2017

_____
Paulo Roberto Dantas Oliveira
(Diretor de Relações com Investidores)

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/02/2017 a 30/03/2020
Descrição do serviço contratado	Examinar o balanço social da CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S/A e as correspondentes demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 250.000,00
Justificativa da substituição	Conforme IN nº 308 da CVM, atualizada pela IN nº 509, que trata da rotatividade dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Leandro Mauro Ardito	01/02/2017 a 30/03/2020	157.009.658-95	AV TANCREDO NEVES, 620, 34 ANDAR, PITUBA, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 34177500, Fax (71) 34177500, e-mail: leandro.ardito@pwc.com

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	421.778.214,08	341.904.865,23	362.820.509,04
Ativo Total	644.348.800,46	555.658.005,69	508.369.125,30
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	422.906.854,57	349.254.019,57	296.065.705,35
Resultado Bruto	25.219.859,41	-21.810.171,04	-42.042.499,39
Resultado Líquido	83.998.063,14	-20.908.305,99	-51.612.692,48
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	18,170000	14,730000	15,630000
Resultado Básico por Ação	3,620000	-0,900000	-2,220000
Resultado Diluído por Ação	3,62	-0,90	-2,22

3.2 - Medições não Contábeis

Fatores de risco financeiro

a) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo, por volta de 10%. Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Total dos empréstimos e financiamentos e dívida com partes relacionadas (Notas 11 e 18)	**51.446**	79.123	91.118
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**(77.942)**	(26.522)	(44.886)
Dívida líquida	**(26.496)**	52.601	46.232
Total do patrimônio líquido	**421.779**	341.905	341.905
Total do capital	**395.283**	394.506	388.137
Índice de alavancagem financeira	**-7%**	13%	12%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas da Companhia para o mercado externo representaram 2,63% e 2,91%, respectivamente, do total da receita bruta dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "*hedge*", já que entende que existe um *hedge* parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Os saldos de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Clientes	**1.128**	2.847	2.924
Fornecedores	**(6.500)**	(637)	(637)
Partes relacionadas - ativo	**11.186**	10.772	10.850
Empréstimos e financiamentos	**(40.513)**	(46.723)	(46.723)
Partes relacionadas - passivo	**(9.839)**	(9.903)	(9.903)
	(44.538)	(43.644)	(43.489)

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

d) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade.

e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	**22.555**	**-**	-	-
Empréstimos e financiamentos	**50.443**	**182**	-	-
Partes relacionadas	**9.839**	**-**	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	9.300	-	12.060	-
Empréstimos e financiamentos	77.141	431	88.780	787
Partes relacionadas	86.432	-	9.903	-

f) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2016, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Risco taxa de juros

			Efeito		
Instrumento/operação	**CDI Provável**	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicação financeira	13,65%	Baixa do CDI	**10.402**	**7.801**	**5.201**

Risco cambial

			Efeito		
Instrumento/operação	**Dólar Provável**	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Clientes no exterior	3,38	Baixa do dólar	**42**	**(251)**	**(543)**
Fornecedores no exterior	3,38	Alta do dólar	**(241)**	**(1.926)**	**(3.612)**
Partes relacionadas - ativo	3,38	Baixa do dólar	**35**	**(210)**	**(454)**
Empréstimos e financiamentos	3,38	Alta do dólar	**(1.503)**	**(12.007)**	**(22.511)**
Partes relacionadas - passivo	3,38	Alta do dólar	**(365)**	**(2.916)**	**(5.467)**

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

3.3 - Eventos subsequentes às DF's

Não ocorreram.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

3.4 - Política destinação de resultados

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Dividendos aos acionistas não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento), respeitando o artigo 31 do Estatuto Social, que informa que ao fim de cada exercício social, do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, e a administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observados os seguintes preceitos, nesta ordem:

i) 5% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

ii) quando for o caso, as importâncias necessárias e as admitidas para as reservas de que tratam, respectivamente, os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.;

iii) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das S.A.. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do Estatuto Social, e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral;

iv) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, não podendo exceder o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e

v) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, não podendo exceder o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Demonstrar a destinação do resultado nos últimos 3 exercícios

b.1) Exercício findo em 31/12/2016:

Lucro (prejuízo) líquido do exercício TOTAL	**83.998.063**
Compensação de prejuízos acumulados	(1.323.265)
Lucro líquido ajustado I	**82.674.798**
Constituição da reserva legal	(4.133.740)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(45.535.023)
Lucro líquido ajustado II	**33.006.036**
Dividendo mínimo obrigatório	25%
Dividendos a distribuir	**8.251.509**

b.2) Exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/2014:

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2015 e 2014, motivo pelo qual não houve destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	33.006.035,90	-20.908.305,99	51.612.692,18
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,830000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	8.251.508,98	0,00	0,00
Lucro líquido retido	24.754.526,92	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	19/05/2017	28/04/2016	28/04/2015

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		2.500.244,70					
Preferencial	Preferencial Classe A	4.146.988,44					
Preferencial	Preferencial Classe B	1.604.275,84					
				0,00		0,00	

3.6.- Dividendos / Lucros retidos / Reservas

O cálculo dos dividendos a distribuir referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo:

(em R$ mil)	
Lucro líquido do exercício	83.999
Compensação de prejuízos acumulados	(1.324)
Constituição da reserva legal	(4.134)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(45.535)
Base para cálculo dos dividendos	**33.006**
Dividendo mínimo obrigatório	25%
Dividendos a distribuir	**8.252**

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	222.568.768,68	Índice de Endividamento	34,54000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		9.929.650,17	182.903,22	0,00	0,00	10.112.553,39
Empréstimo	Garantia Real		40.512.874,31	0,00	0,00	0,00	40.512.874,31
Total			50.442.524,48	182.903,22	0,00	0,00	50.625.427,70
Observação							

4.1 – Descrição – Fatores de riscos

A Companhia tem o seu negócio influenciado por algumas variáveis que possibilitam fatores de risco que são mapeados e monitorados pela organização, conforme riscos descritos abaixo:

1. Variação da taxa cambial, que através de uma desvalorização do real gera um aumento no custo das matérias primas cotado em dólar, bem como a logística rodoviária e portuária, tornando a competição com produtos de mercados externos, como chineses de forma desigual.

2. Elevada carga tributária nacional agregada ao gerenciamento da burocracia fiscal destes tributos, bem como os crescentes custos de transação e adequação às normas ambientais do Estado, decorrentes do processo de licenciamento ambiental de produção, também concorrem para impactar os custos de produção e, consequentemente, o seu resultado.

3. Os empregados da Companhia são representados por sindicato com forte representação no segmento químico e petroquímico. Os acordos coletivos da categoria estão sujeitos à renegociação anual. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas com pessoal, incluindo encargos sociais, representam parte expressiva do custo e uma elevação acima dos índices inflacionários poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre o negócio.

4. A Companhia pode ser ainda prejudicada se enfrentar greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus empregados decorrentes de negociações ou litígios envolvendo pagamento de verbas trabalhistas.

4.2 – Descrição – Riscos de mercado

Os principais produtos produzidos pela Cristal Pigmentos do Brasil S.A. e sua filial, a Cristal Mineração do Brasil Ltda., são os pigmentos a base de Dióxido de Titânio, e os minérios, Zirconita, Rutilo, Cianita e Ilmenita. Estes produtos, uma vez transformados, são utilizados principalmente pelas indústrias de Tintas, Construção Civil, Automobilística, Plásticos e Máquinas & Equipamentos.

A Cristal Pigmentos não tem capacidade de produção suficiente para atender a demanda nacional e mantém uma participação no mercado de pigmentos entre 30 e 40%, a depender da demanda total em cada ano. Para os minérios, a participação pode variar de 50% até próximo dos 100%, no caso particular da Ilmenita.

O restante da demanda de ambas as linhas de produtos é abastecida por provedores Internacionais com produtos cujas importações sofrem com os riscos relativos à exposição cambial, financiamento e ineficiências logísticas. Com este comentário queremos dizer que mesmo se houver uma retração e ou turbulência na demanda por produtos dos setores mencionados, estamos razoavelmente protegidos quanto aos volumes, porém expostos à sensível aumento na volatilidade dos preços.
Portanto, a Cristal, como único produtor nacional dos pigmentos a base Dióxido de Titânio, e detendo mais de 90% da produção dos minérios aos quais a Companhia se dedica, os riscos de mercado são associados mais a fatores externos do que aos internos.

A situação de excesso de estoques de produtos concorrentes na Europa, Ásia e Norte América, e a necessidade de nossos concorrentes em equilibrar seus fluxos de caixa, podem aumentar expressivamente a oferta de produtos e, consequentemente, pressionar os preços para baixo. Ainda, políticas governamentais de incentivo, de energia, das tarifas administradas, de câmbio e juros também tem um peso relativo na competitividade da indústria nacional. Desta forma, com base nas oscilações e volatilidades vividas, particularmente nos anos de 2009, 2012 e 2013, concluímos que os resultados da Companhia sofrem um risco moderado-alto tanto no que tange a volumes quanto a preços.

4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Trabalhistas	**9.098**	8.574	10.236
Cíveis	**-**	-	484
Ambientais	**1.893**	331	331
Tributárias	**4.087**	-	3.687
	15.078	8.905	14.738
Circulante	**388**	331	331
Não circulante	**14.690**	8.574	14.407
Depósitos judiciais relacionados às provisões	**(5.413)**	(4.240)	(4.913)

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.				
	Trabalhista (a)	Ambientais (b)	Cíveis (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de dezembro 2015	4.247	893	-	-	5.140
Adições/atualizações	5.675	-	-	-	5.675
Baixas por reversão	(1.348)	(562)	-	-	(1.910)
Saldos em 31 de dezembro 2015	8.574	331	-	-	8.905
Adições/atualizações	**2.816**	**1.905**	**-**	**-**	**4.721**
Baixas por reversão	**(3.756)**	**(343)**	**-**	**-**	**(4.099)**
Adições por meio de incorporação	**1.464**	**-**	**-**	**4.087**	**5.551**
Saldos em 31 de dezembro 2016	**9.098**	**1.893**	**-**	**4.087**	**15.078**

	Consolidado				
	Trabalhista (a)	Ambientais (b)	Cíveis (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de dezembro 2015	6.175	893	427	4.634	12.129
Adições/atualizações	5.981	-	783	-	6.764
Baixas por reversão	(1.920)	(562)	(726)	(947)	(4.155)
Saldos em 31 de dezembro 2015	10.236	331	484	3.687	14.738
Adições/atualizações	**2.952**	**1.905**	**-**	**400**	**5.257**
Baixas por reversão	**(4.090)**	**(343)**	**(484)**	**-**	**(4.917)**
Saldos em 31 de dezembro 2016	**9.098**	**1.893**	**-**	**4.087**	**15.078**

(a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$6.498 (31/12/2015 - R$5.508) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

A Companhia avaliou em R$5.468 o possível impacto sobre as provisões trabalhistas caso seja revogada a liminar que suspende a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que determinou em agosto de 2015, a substituição do índice de correção monetário aplicados até então às provisões trabalhistas, a Taxa Referencial Diária (TRD) pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, entende que o risco associado ao assunto é possível, e não constituiu provisão.

(a) Refere-se à estimativa dos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. Do montante total, R$388 (31/12/2015 - R$331) serão pagos no curto prazo.

(b) Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$6.803 (31/12/2015 - R$5.606) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

(d) O DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a antes controlada da Companhia, Cristal Mineração, referente à divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face desse processo, a Companhia mantém provisão no montante de R$4.087 em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 - R$3.687). Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$9.762 (31/12/2015 - R$8.760) em processos tributários com expectativa de perda possível.

As principais causas com probabilidade de perda possível ou remota, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

i) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Em 14 de maio de 2015, o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/1990, no entanto, o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra essa decisão que se encontra aguardando julgamento.

Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores ajuizou ação de cumprimento contra a Companhia perante a 2ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, que foi julgada parcialmente procedente em 28 de março de 2016. Dessa decisão, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho.

Os assessores jurídicos classificam como remoto o risco de perda referente a esse processo, principalmente porque a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida anteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores.

i) Auto de Infração de ICMS

A Secretaria da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R$7.900 em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R$5.995. Contra estra decisão, a Companhia ajuizou ação anulatória na Vara da Fazenda Pública obtendo decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo até o julgamento final do processo.

Em 17 de maio de 2012, a 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela antes controlada da Companhia, Cristal Mineração, para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R$38.000, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

Os assessores jurídicos classificam como possível o risco de perda referente a esse processo.

Depósitos judiciais relacionados às provisões

A movimentação do saldo dos depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

	Cristal Pigmentos do Brasil S.A.		Consolidado		
	Trabalhistas	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	5.308	5.308	5.735	389	6.124
Adições	146	146	217	120	337
Baixas	(1.624)	(1.624)	(1.801)	(232)	(2.033)
Atualização monetária	410	410	485	-	485
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.240	4.240	4.636	277	4.913
Adições	**1.637**	**1.637**	**2.365**	**-**	**2.365**
Baixas	**(1.907)**	**(1.907)**	**(1.954)**	**(277)**	**(2.231)**
Atualização monetária	**366**	**366**	**366**	**-**	**366**
Adições por meio de incorporação	**1.077**	**1.077**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**5.413**	**5.413**	**5.413**	**-**	**5.413**

administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 - Processos não sigilosos - ADM, CONT, INVEST

A Companhia não possui processos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relacionadas a contingências relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A atual política de Gerenciamento de riscos da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração tem o objetivo de estabelecer diretrizes para organização e pode ser visualizada no Website de relacionamento com os investidores: http://www.cristal-ri.com.br/estatutos-e-politicas/.

Em relação à política, a organização estabelece normativa atrelada as melhores práticas de mercado e legislações vigentes.

A. Estrutura da organização para Gerenciamento de risco

Para esta estrutura, a Cristal Brasil possui uma área de "Governança, Riscos e Controles Internos" subordinados ao Conselho de Administração através do "Comitê de Auditoria e Ética" não estatutário e com as respectivas atribuições:

1. Avaliação contínua da estrutura de Governança da Companhia: Comitês, Relação com Investidores, Reuniões de conselho, Código de conduta, canal de denúncia e etc.

2. Implementação e monitoramento de estrutura aprovada pelo Conselho de Administração através de participações em reuniões táticas e estratégicas, formalização de procedimentos e divulgação de relatórios.

3. Avaliação e desenvolvimento de uma gestão de riscos através da elaboração de política e mapa de risco, a fim de facilitar o processo contínuo de tomada de decisão.

4. Implementação e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos com acompanhamento tempestivo das ações que impossibilitem sua materialização.

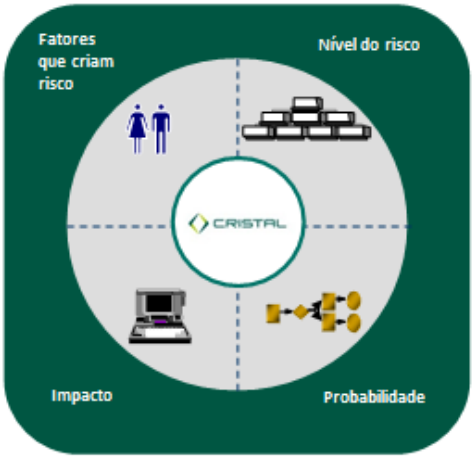
5. Avaliação e definição de controles internos que mitiguem riscos existentes para o negócio, auxiliando a administração no processo de implementação.

6. Implementação de uma estrutura de testes para garantia da eficiência dos controles via procedimentos de auditoria interna.

7. Participação e implementação das demandas solicitadas pelo comitê de auditoria e ética.

B. Técnica aplicada para avaliação de risco na Cristal

Uma análise de risco deve levar em consideração as pessoas, estrutura organizacional, atividades atuais e sistemas de informação que norteiam e suportam todo o processo da entidade. Ou seja, devemos possuir uma visão holística de todo o processo.



Na Cristal Brasil, a área de Governança, Riscos e Controles Internos avalia de forma contínua todos os riscos inerentes e mapeados para a Cristal Brasil a fim de analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência dentro da organização, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos.

Para análise, a empresa define em reunião do Conselho de Administração qual o nível de impacto e probabilidade será trabalhado, estabelecendo regras internas para definição da proporção de alto, médio e baixo que será aplicado, respeitando os seguintes critérios:

Nível do risco	Descrição do nível de risco
Riscos Altos	Riscos com maior priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com maior urgência, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos Médios	Riscos com média priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com atenção, sendo acompanhados mensalmente para avaliar qualquer mudança no nível de risco e priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos Baixos	Riscos com menor priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com menor nível de investimento, porém devem ser acompanhados mensalmente a fim de avaliar qualquer mudança de nível de risco, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.

C. Gestão dos riscos por tipologia:

Para os riscos avaliados pela Cristal Brasil, serão aplicadas tipologias para a sua identificação e melhor detalhamento do status atual a fim de possibilitar uma melhor estrutura para tomada de decisão da empresa.
Para isso, a área de "Governança, Riscos e Controles Internos" trabalhar com uma matriz que gerencie e estratifique os respectivos aspectos dos riscos: Grau de Materialização do impacto do risco, Tipo do risco e Causa raiz.

1. Grau de Materialização do impacto do risco: No intuito de avaliar e estratificar o nível de materialização possível do impacto do risco, estabelece os respectivos critérios:

Materialização	Descrição do nível de materialização
Descoberto	Risco no qual sua materialização pode ocorrer diante da estrutura da empresa sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Materializado	Risco no qual sua materialização ocorreu diante da estrutura da empresa sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Pervasivo	Riscos cujo impacto pode ser disseminado em diferentes áreas e estruturas da companhia sem um valor claro a ser quantificado para o seu impacto.
Não aplicável	Riscos nos quais diante da sua ocorrência e/ou existência de estrutura adequada não foram quantificados valores para definição do seu impacto.

2. Tipologia do risco: No intuito de avaliar e estratificar o tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo de risco	Descrição do tipo de risco
Riscos Estratégicos	Riscos referentes a questões estratégicas ao negócio decorrentes dos pontos fracos ou fortes que a empresa possui para conviver com ameaças ou oportunidades do mercado.
Riscos de compliance (Regulatório)	Riscos referentes ao não cumprimento de questões regulatórias a exemplo de áreas como ambientais, segurança do trabalho e saúde ocupacional, legislação trabalhista e fiscal e etc.
Riscos Financeiros	Riscos referentes à perda financeira sobre controles internos não aplicados pela empresa.
Risco operacional	Riscos que possibilitem que as rotinas aplicadas ao cotidiano da empresa não sejam bem sucedidas ou realizadas com retrabalho.
Riscos para Demonstração Financeira	Riscos que provoquem registros incorretos das demonstrações financeiras da companhia, impossibilitando uma divulgação das informações com a devida transparência necessária.

3. Causa raiz: No intuito de avaliar e estratificar a causa raiz do tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo da causa	Descrição do Tipo da causa raiz
Processo	Risco no qual sua materialização pode ocorrer diante de um desenho do processo com ausência de ações que o mitigue.
Tecnologia	Risco no qual sua materialização pode ocorrer diante da ausência de ferramentas ou parâmetros de tecnologia que o mitigue.
Organizacional	Risco no qual sua materialização pode ocorrer diante da ausência de uma estrutura organizacional que estabeleça diretrizes culturais ou de perfis profissionais que o mitigue.
Treinamento	Risco no qual sua materialização pode ocorrer diante da falta de treinamento dos seus colaboradores para o desempenho de ações que o mitigue.

D. Responsabilidades dos agentes de Governança acerca da Política de Gerenciamento de risco:

A empresa possui uma estrutura de gerenciamento de risco que através dos agentes de Governança forneça às diretrizes e suporte necessário a área de “Governança, Riscos e Controles Internos” para o melhor desempenho das suas atividades descritas no item “A. Estrutura da organização para Gerenciamento de risco”.
Para isso, seguem descrito o grau de responsabilidade assumido pelos Agentes de Governança a fim de possibilitar a melhor realização da Política de Gerenciamento de risco:

Função	Descrição das responsabilidades
Conselho de Administração	1) Define o apetite a risco a ser aplicado pela companhia (Regras para definição dos níveis de impacto e probabilidade); 2) Estabelece as diretrizes necessárias para atual gestão dos riscos da Cristal Brasil; e 3) Aprova, em segunda avaliação, o plano e orçamento da área de Governança, Riscos e Controles Internos para o ano.
Diretores, Gerentes e Líderes	1) Define as ações a serem tomadas no ambiente funcional a partir da estrutura e filosofia de risco da empresa; 2) Acompanha o processo de avaliação dos riscos e controles da sua área; e 3) Monitora os indicadores de Riscos e estratégia para mitigá-los.
Comitê de auditoria e ética	1) Monitora as atividades desempenhadas pelo setor de Governança, Riscos e controles internos 2) Define os parâmetros necessários para monitoramento da política de gestão de riscos e as metas necessárias para empresa. 3) Aprova, em primeira avaliação, o plano e orçamento da área de Governança, Riscos e Controles Internos para o ano.
Governança, riscos e controles Internos	1) Planeja as ações necessárias para implementação da política de Gerenciamento de risco da companhia 2) Desenvolve um acompanhamento mensal da estrutura de risco da empresa, enviando relatórios mensais para o comitê de auditoria e ética, conselho de Administração e Diretoria, Gerência e líderes das respectivas áreas avaliadas. 3) Auxilia as áreas na definição dos impactos dos riscos mapeados e nas ações a serem efetuadas, como também executa o acompanhamento. 4) Elabora parecer sobre a probabilidade de materialização ou não de riscos que podem ocorrer a partir de uma nova ação a ser tomada por um respectivo setor. 5) Acompanha o status atual dos riscos da companhia, assim como, efetua procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles ou ações desempenhadas para mitigá-los.

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Dentro do cenário industrial de risco em que atuamos no Brasil, a política de gerenciamento de nossas operações envolve ações de planejamento dos volumes dos diversos produtos direcionados ao mix “conta-cliente-mercado”, tanto de curtíssimo como de longo prazo, e, ainda, análises frente às oportunidades de exportação, buscando otimizar a alocação de volume ao melhor mix de preços e valor possível, dentro de uma política estratégica sustentável de longo prazo. Além disto, existe um pequeno número de clientes, líderes nos setores em que atuam e com consumo expressivo, aos quais dedicamos uma parcela de nossa produção dentro de um critério de "baseload" - alguns destes, inclusive, com contratos internacionais com o Grupo Cristal.

#BASELOAD: Cliente de grande porte que, sob contrato ou não, adquire volumes razoavelmente importantes e de forma constante – o produtor, por sua vez, ganha em previsibilidade, com benefícios para a manufatura e caixa da Companhia.

5.3 - Descrição - Controles internos

A área de Governança, Riscos e Controles Internos é responsável por avaliar e definir controles internos que mitiguem riscos existentes para o negócio, auxiliando a administração no processo de implementação. Além disso, é responsável por implementar uma estrutura de testes para garantir a eficácia dos controles, através de procedimentos de auditoria interna.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) Linhas de defesa para controles internos:

A Companhia possui como prática a busca constante no atendimento da melhor efetividade sobre sua estrutura de controles internos, visando a mitigar riscos que não gere a confiabilidade adequada para suas as demonstrações financeiras.

Baseado nestes princípios, tem como premissa básica o modelo de linhas de defesas dentro da Companhia para uma maior efetividade dos controles internos, segregando as funções sob a respectiva ótica:

1) Áreas de negócio
2) Setor de Governança, Riscos e Controles Internos
3) Auditoria Externa

b) Mapeamento de riscos e acompanhamento da efetividade dos controles internos

A Companhia entende que a estrutura e segregação de suas linhas de defesa atendem às melhores práticas de mercado, além de realização de testes tempestivos de análise de dados e documentações existentes a fim de avaliar a efetividade dos controles internos da Companhia.

Na ótica de mapa de risco, a Companhia estabelece reuniões periódicas entre a área de “Governança, Riscos e Controles Internos” com os setores de negócio, que proporciona um acompanhamento tempestivo de níveis de riscos e pontos de melhorias internas para controles.

Adicionalmente, relatórios tempestivos das vulnerabilidades existentes são divulgados para os setores, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Ética (não estatutário).

c) Deficiências e recomendações apontadas pelo audito independente

Não foram comentadas deficiências significativas pelo Auditor Independente, Ernst Young, que impactassem a confiabilidade nos números ou a confiabilidade da Administração da Companhia sobre os controles internos da organização.

5.4 - Alterações significativas

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos sujeitos, tampouco na política de gerenciamento de riscos que adotamos.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes referente ao gerenciamento de riscos e controles internos às já mencionadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/01/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	23/12/1970

6.3 - Breve histórico

- A CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A., indústria química, produtora de pigmento branco de Dióxido de Titânio, foi fundada em 25 de janeiro de 1966.
- O projeto obteve o apoio da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e do BNDES para a sua implantação e a produção fixada em 22.000 t/a.
- A tecnologia do processo foi adquirida por cessão definitiva da Laport Industries Ltda, mas a necessidade de constante atualização nessa área levou o grupo fundador a procurar uma associação com a Bayer do Brasil S/A em 1971.
- Em março de 1978, iniciou as obras de ampliação da capacidade para 50.000 t/a de Dióxido de Titânio e, em novembro de 1982 essa fase foi concluída.
- Em abril de 1997, foi concluída a ampliação da fábrica para 60.000 t/a.
- Em 29 de março de 2004 a Millennium Chemicals Inc. (controladora indireta da Companhia) e a Lyondell Chemical Company assinaram um contrato relativo à troca de ações e junção das empresas, objetivando a criação da terceira maior empresa química norte-americana com ações cotadas no mercado. Em 1º de dezembro de 2004 a Lyondell Chemical Company concluiu a aquisição da sociedade Millennium Chemicals Inc.
- No dia 7 de setembro de 2006, a Lyondell divulgou para a Securities Exchange Commission nos Estados Unidos da América que “a Lyondell busca continuamente oportunidades de gerar valor através de acordos comerciais, aquisições, venda de ativos ou parcerias. Por exemplo, a Lyondell avaliava possíveis alternativas estratégicas relacionadas ao seu segmento de químico inorgânico”.
- No dia 26 de fevereiro de 2007 a Lyondell divulgou a conclusão de acordo com a sociedade National Titanium Dioxide Company Ltd. (Cristal), relativo à proposta de alienação pela Lyondell de seus negócios de química inorgânica, dentre os quais a Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.
- A operação de aquisição pela Cristal dos negócios de dióxido de titânio da Lyondell, foi concluída com sucesso em 15 de maio de 2007. Como conseqüência, a Cristal tornou-se a nova acionista controladora indireta da Companhia, através da aquisição do controle direto da Millennium Inorganic Chemicals (MIC) nos Estados Unidos da América, sendo esta, controlada pela Thann Chimie SAS, empresa pertencente ao Grupo Tasnee (“Tasnee”).

- Hoje, a Cristal é a segunda maior produtora de pigmento de Dióxido de Titânio (TiO2) do mundo. Conta com sete fábricas de TiO2 distribuídas em cinco continentes, sendo duas plantas nos Estados Unidos, uma na Inglaterra, uma na França, uma na Arábia Saudita, uma na Austrália e uma no Brasil.

- Sua atuação no Brasil conta com três unidades: a Mina do Guajú, em Mataraca, na Paraíba; a fábrica em Camaçari, na Bahia; e o escritório comercial em São Paulo.

- Em 21 de fevereiro de 2017, a Tasnee celebrou um contrato para a alienação dos negócios de dióxido de titânio de todo o grupo para a Tronox Limited (“Tronox”), contrato este que está sujeito à obtenção de autorizações governamentais e regulatórias. Tendo em vista que esta transação representará a alienação do controle da Companhia para a Tronox, a Tronox deverá promover uma Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) das ações ordinárias em circulação da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das S.A.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Este item não é aplicável.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

7.1 - Descrição - Atividades do emissor

A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias-primas aplicadas ou não em sua própria produção; a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados; a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, cianita, ilmenita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos.

Abaixo segue breve descritivo de como funciona o processo produtivo do principal produto da Companhia, o pigmento de titânio:

- A Cristal utiliza o processo Sulfato para a produção do pigmento de dióxido de titânio.

- A Ilmenita, ou uma escória enriquecida de ilmenita, é inicialmente moída. O minério moído após uma mistura com acido sulfúrico concentrado é encaminhado para um reator no qual ocorrem reações de sulfatação, sendo obtido uma massa sulfatada que fornece, depois da diluição em água, a solução de sulfato de titanila, acompanhada dos sulfatos de diversos outros elementos presentes no minério.

- A solução de sulfatos contém, em porcentagem elevada, sulfato férrico, o qual é convertido em sulfato ferroso através de um processo de redução com o uso de limalha de ferro, o que torna mais fácil a sua remoção do processo em etapa subsequente.

- Após a redução química, as impurezas, dentre elas minério não reagido, são separadas em um processo de sedimentação denominado clarificação do licor, sendo gerados dois fluxos de processo: a lama, insolúvel, que após sedimentação é encaminhada para filtros onde ocorre a recuperação da fração líquida e os sólidos são neutralizados e destinados para depósito; e a fração com baixo teor de sólidos que é retirada do clarificador, sofre uma filtração e é encaminhada para a hidrólise.

- A reação de hidrólise ocorre quando o licor filtrado é submetido á fervura e diluído em água, após a adição uma pequena quantidade de núcleos de hidróxido de titânio (semeadura primária). Estes núcleos são obtidos através do desequilíbrio químico que ocorre quando o licor filtrado é misturado a uma solução de hidróxido de sódio.

- O produto final da reação de hidrólise é formado por uma fase sólida constituída pelo hidróxido de titânio e pela água-mãe (ácido sulfúrico diluído), que contém sulfato ferroso e ainda várias impurezas. A polpa fica isolada e é lavada em filtros adequados. As impurezas remanescentes são eliminadas por um tratamento ácido com ácido sulfúrico e pela adição de pó de alumínio, para a redução das mesmas.

- Todo o óxido de titânio obtido por hidrólise de solução sulfúrica de titânio fornece cristais básicos de anatase. Para a obtenção de rutilo é necessário que a polpa seja semeada com cristais básicos de rutilo. Cristais básicos e rutilo para a semeadura são obtidos quando se hidrolisa uma solução clorídrica de titânio.

- A polpa de hidróxido de titânio deve ser calcinada a elevadas temperaturas em um forno para remover a água aderida que é quimicamente ligada; os restos de ácido sulfúrico são para desenvolver as características desejadas nos cristais. Ainda antes da calcinação podem ser adicionados à suspensão vários produtos químicos, a fim de influenciar a formação de cristais durante a calcinação, o produto final desta etapa é o dióxido de titânio – TiO2.

- Na última fase da produção, o produto calcinado é moído e tratado superficialmente. No tratamento são precipitados, sucessivamente, em ambiente aquoso, óxidos de vários metais sobre a superfície das partículas formadas por cristais de TiO2. A ação de cada óxido precipitado é muito específica; eles dão a propriedade final ao pigmento, aquela que este deverá possuir para atender as exigências da sua aplicação específica. Após o tratamento o produto é lavado com água para remoção de sais formados na etapa anterior e é submetido á secagem para remoção da umidade, por fim, o produto agora denominado pigmento é tratado com ingredientes orgânicos e é micronizado, para se obter um produto fino, homogêneo, com alta dispersibilidade.

Outras informações importantes:

- Benefícios e/ou subsídios fiscais: a Companhia não possui, nem existe disponível, nenhum benefício e/ou subsídiofiscal ligado ao fato de estar inserida no mercado de dióxido de titânio.

- Situações de monopólio ou oligopólio e nível de concorrência: a Companhia é a única produtora de dióxido de titânio da América do Sul. Não obstante, a dinâmica de mercado faz com que os potenciais clientes busquem no mercado internacional alternativas que atendam melhor às diversas aplicações que o dióxido de titânio pode ter, não cobertas pelo portfolio da Companhia e/ou com preços mais competitivos.

- Dependência do Governo: o segmento de dióxido de titânio não possui dependência governamental direta.

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, cianita, ilmenita e zirconita.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

a) Lucro (prejuízo) bruto

			31/12/2016
	Pigmento de titânio	**Minérios**	**Total**
Operações Continuadas			
Receita líquida	**410.454**	**94.063**	**504.517**
Receita líquida entre segmentos	**-**	**(19.569)**	**(19.569)**
Custo das vendas	**(391.931)**	**(45.739)**	**(437.670)**
Custo das vendas entre segmentos	**-**	**19.569**	**19.569**
	18.523	**48.324**	**66.847**

			31/12/2015
	Pigmento de titânio	**Minérios**	**Total**
Operações Continuadas			
Receita líquida	349.254	94.918	444.172
Receita líquida entre segmentos	-	(21.581)	(21.581)
Custo das vendas	(371.064)	(41.921)	(412.985)
Custo das vendas entre segmentos	-	21.581	21.581
	(21.810)	52.997	31.187

b) Receita por cliente

i) *Pigmento de titânio*

	31/12/2016		**31/12/2015**	
Grupo BASF	**60.287**	**15%**	59.374	17%
Grupo CROMEX	**58.652**	**14%**	55.881	16%
Grupo AKZO	**34.285**	**8%**	34.926	10%
Grupo KARINA	**23.794**	**6%**	-	0%
Grupo ALPARGATAS	**19.499**	**5%**	10.757	3%
Grupo AMPACET	**18.419**	**4%**	-	0%
Outros	**195.518**	**48%**	188.316	54%
	410.454	**100%**	349.254	100%

ii) *Minérios*

	31/12/2016		31/12/2015	
Colorobbia NE	**22.901**	**24%**	5.695	6%
Cristal Pigmentos do Brasil S/A	**19.640**	**21%**	26.586	28%
Endeka Ceramics	**13.655**	**15%**	5.799	6%
Cristal Ltd Thann (França)	**8.732**	**9%**	-	0%
Trebol	**7.059**	**8%**	3.901	4%
Outros	**22.076**	**23%**	52.937	56%
	94.063	**100%**	94.918	100%

c) Receita por produto

i) *Pigmento de titânio*

	31/12/2016		31/12/2015	
Pigmento de titânio	**410.454**	**100%**	349.254	100%

ii) *Minérios*

	31/12/2016		31/12/2015	
Ilmenita	**32.182**	**34%**	34.852	38%
Zirconita	**57.368**	**61%**	55.395	56%
Rutilo	**3.641**	**4%**	3.747	5%
Cianita	**872**	**1%**	924	1%
	94.063	**100%**	94.918	100%

d) Estoques

	31/12/2016		
	Pigmento de titânio	**Minérios**	**Total**
Produtos acabados	**30.739**	**42.582**	**73.321**
Produtos em elaboração	**7.566**	**74.158**	**81.724**
Matérias-primas e insumos	**16.773**	**1.395**	**18.168**
Importações em andamento	**480**	**-**	**480**
Materiais de suprimento	**15.601**	**4.015**	**19.616**
Provisão para desvalorização e perdas	**(3.942)**	**-**	**(3.942)**
	67.217	**122.150**	**189.367**

	31/12/2015		
	Pigmento de titânio	**Minérios**	**Total**
Produtos acabados	74.027	34.203	108.230
Produtos em elaboração	8.245	74.295	82.540
Matérias-primas e insumos	24.835	1.648	26.483
Importações em andamento	642	3	645
Materiais de suprimento	19.818	3.750	23.568
Provisão para desvalorização e perdas	(17.590)	-	(17.590)
	109.977	113.899	223.876

e) Outras informações

i) *Pigmento de titânio*

	31/12/2016	**31/12/2015**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**92.676**	(29.592)
Imobilizado		
Custo total	**546.527**	540.679
Depreciação acumulada	**(443.776)**	(427.331)
	102.751	113.348
Total de ativo	**552.346**	555.658

ii) *Minérios*

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**24.806**	46.667
Imobilizado		
Custo total	**196.081**	201.931
Depreciação acumulada	**(149.588)**	(171.650)
	46.493	30.281
Total de ativo	**92.002**	278.971

7.3 - Produção, Comercialização e Mercados

A Companhia utiliza do processo de sulfatação para produção de pigmentos no qual de uma capacidade instaladade de 60.000 toneladas foram produzidas 47.100 toneladas em 2016 (78,5% da nossa capacidade instalada). Adicionalmente, a fábrica possui controles que visam constantemente mitigar paralisações no processo produtivo da companhia principalmente para seis categorias de fatores que são fundamentais para a produção de pigmentos: Água, Energia, Gás natural, Slag, Ilmenita e Ácido Sulfúrico.

A Companhia possui uma estrutura com vendedores próprios e distribuidores para efetuar o seu processo comercial e logístico, utilizando também um armazém localizado em São Paulo e sua estrutura fabril para escoamento e entrega de produtos, além das exportações efetuadas em menor número (2,63% das vendas efetuadas em 2016) a partir do porto de Salvador.
Adicionalmente, a Companhia possui um sistema comercial que através de pedidos de venda e planejamento de S&OP com clientes estratégicos são programadas as saídas, no intuito de atender a demanda em relação à capacidade instalada da Companhia.

A Companhia possui uma estrutura de sazonalidade com baixo desequilíbrio entre os diferentes períodos do exercício social no qual são visualizadas e monitoradas pelo setor comercial em conjunto com a área de manufatura uma sazonalidade maior no 1º semestre no qual representa entre 40% a 45% das suas vendas em detrimento do 2º semestre que representa entre 55% a 50%, apresentando um impacto nesta proporção nos resultados apresentados pela Companhia.

7.4 – Principais clientes

Receita por cliente: Pigmento de titânio

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
Grupo BASF	**60.287**	**15%**	59.374	17%	44.410	15%
Grupo CROMEX	**58.652**	**14%**	55.881	16%	47.371	16%
Grupo AKZO	**34.285**	**8%**	34.926	10%	35.528	12%
Grupo KARINA	**23.794**	**6%**	-	0%	-	0%
Grupo ALPARGATAS	**19.499**	**5%**	10.757	3%	11.843	4%
Grupo AMPACET	**18.419**	**4%**	-	0%	-	0%
Outros	**195.518**	**48%**	188.316	54%	156.914	53%
	410.454	**100%**	349.254	100%	296.066	100%

Receita por cliente: Minérios

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
Colorobbia NE	**22.901**	**24%**	5.695	6%	5.803	5%
Cristal Pigmentos do Brasil S/A	**19.640**	**21%**	26.586	28%	45.266	39%
Endeka Ceramics	**13.655**	**15%**	5.799	6%	5.803	5%
Cristal Ltd Thann (França)	**8.732**	**9%**	-	0%	48.748	42%
Trebol	**7.059**	**8%**	3.901	4%	5.803	5%
Outros	**22.076**	**23%**	52.937	56%	4.645	4%
	94.063	**100%**	94.918	100%	116.068	100%

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

7.5 - Efeitos da regulação estatal

- Licença de Operação que nos foi concedida pelo INEMA em Portaria de Nº 4886, datada de 25/04/2013 e com validade até 25/04/2019;

- Outorga Poços Fazendinha Portaria n° 13.936 de 05/05/2017 válida até 05/05/2021;

- A Outorga de água superficial que nos foi concedida pelo INEMA em Portaria Nº 6593, datada de 20/12/2013 e com validade até 20/12/2017.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

7.6 - Receitas relevantes no exterior

Vendas brutas - Mercado EXTERNO (por país)	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
França	**10.832.989,18**	69%	-	0%	27.190.672,54	78%
Argentina	**3.036.908,95**	19%	9.594.169,25	86%	4.690.366,00	13%
Bolivia	**1.459.559,25**	9%	1.143.239,75	10%	698.061,25	2%
Paraguai	**256.540,50**	2%	207.905,96	2%	-	0%
Colômbia	**187.441,50**	1%	188.435,00	2%	-	0%
Alemanha	**-**	0%	-	0%	1.018.726,50	3%
Uruguai	**-**	0%	-	0%	232.070,00	1%
Venezuela	**-**	0%	-	0%	768.729,00	2%
Estados Unidos	**-**	0%	-	0%	472.635,80	1%
	15.773.439,38	100%	11.133.749,96	100%	35.071.261,09	100%

As exportações representaram 2,63%, 2,09% e 7,27% do faturamento bruto total da Companhia nos exercícios de 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Não temos influência/efeito da regulação estrangeira, dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes, em nossas atividades.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

7.8 - Políticas socioambientais

Balanço social e informações da área de recursos humanos

BALANÇO SOCIAL

Projeto Melhor Idade:

No relacionamento com as comunidades, a Cristal desenvolve, desde Março de 2013, o Projeto Melhor Idade na localidade de Areias, estado da Bahia. O projeto foi elaborado para abranger toda a população acima de 40 anos da localidade, mas a aderência tem sido unicamente do público feminino, incluindo aquelas que estão fora da faixa etária inicialmente proposta, totalizando 47 mulheres, entre 24 e 78 anos, as quais iniciaram no projeto buscando perda de peso, mais saúde, tratamento e controle de doenças crônicas, melhora da funcionalidade nas atividades da vida diária, socialização, entre outros.

São realizados treinos com acompanhamento de profissionais de educação física, incluindo, entre outras atividades, exercícios de alongamento, fortalecimento muscular e caminhadas. Periodicamente são aferidas a circunferência da cintura e a pressão arterial das participantes, com o objetivo de acompanhar a evolução das mesmas.

Clube de Leitura:

Há nove anos o clube de Leitura da Cristal contribui para o despertar da leitura entre crianças e adolescentes das comunidades de Areias, Jauá e Arembepe, estado da Bahia. Em 2016, o Clube registrou um total de 10.572 presenças em 249 encontros. Adicionalmente, atividades extras realizadas dentro de instituições de ensino parceiras somaram outros 985 alunos atendidos.

O Clube de Leitura da Cristal atua em três vertentes:
a) nas atividades de leitura desenvolvidas nas sedes do Clube;
b) atividades nas escolas públicas com as quais tem parceria; e
c) na formação de professores.

O Clube conta com uma programação diversificada, incluindo sessões de contação de histórias e atividades culturais e de letramento (exibição de filmes, música, leitura livre, oficinas de escrita, desenho e pintura; apresentação de peça teatral, entre outras). Da mesma forma que acontece desde o início das atividades do Clube, em 2016 os alunos foram provocados a pensar nas questões ambientais através de atividades desenvolvidas juntamente com o monitor.

Apoio ao esporte em geral:

A Cristal acredita na força do esporte para melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para todo o ambiente social. Em 2016 a Companhia estimulou, apoiou ou patrocinou iniciativas de esporte nas comunidades através das aulas de capoeira (em parceria com a Associação Abolição Capoeira, da qual participam 1260 alunos de Areias, Arembepe e Abrantes) e hapkido (em parceria com a Federação Baiana de Hapkido, atendendo 175 crianças das comunidades de Areias, Arembepe e Jauá, além de filhos de funcionários do Condomínio Parque de Interlagos), no estado da Bahia.

Projeto Amigo Pescador:

Criado pela Cristal com o objetivo de apoiar pescadores localizados na Estrada do Coco a aumentarem a produtividade, o Projeto Amigo Pescador realizou em 2016 ações voltadas para as colônias Z-57 (sede em Buraquinho) e Z-14 (sede em Arembepe), apoiando na melhoria da infraestrutura das respectivas sedes e na realização de eventos culturais realizadas pelos pescadores de Buraquinho, Busca Vida e Jauá.

Programa Portas Abertas:

Atenção especial também é dada aos programas de comunicação com as comunidades vizinhas à fábrica situada na Bahia, através de reuniões e participação em conselhos comunitários, além do programa de visitação Portas Abertas, do website cristal-al.com.br e da linha gratuita 0800 284 9114.

Em 2016, o Programa Portas Abertas levou à fábrica 382 visitantes da Região Metropolitana de Salvador e mesmo de outros estados. Foram 26 visitas no ano, quando os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto a atuação da Cristal nas áreas ambiental, social e de processo industrial. Todas essas iniciativas em parceria com a comunidade estão em conformidade com as condicionantes da licença de operação da fábrica.

O Programa Portas Abertas também acontece na mina, situada no estado da Paraíba, com o objetivo de estabelecer um relacionamento transparente com empregados, familiares e comunidades, além de estudantes, professores e profissionais interessados em conhecer as práticas da Companhia. Na mina, o programa de visitação teve início em 1995 e já envolveu mais de 7.118 pessoas (240 em 2016).

Projeto Agente de Segurança Mirim:

Na mina, no estado da Paraíba, foi realizada a terceira edição do Projeto Agente de Segurança Mirim, criado em 2014 com o objetivo de criar um círculo virtuoso em relação à segurança dentro e fora do local de trabalho.

Filhos dos empregados e contratados são inseridos na cultura da segurança, levam esses novos hábitos para dentro do convívio familiar e reforçam a consciência dos pais para manterem um comportamento seguro em casa e no trabalho. Em 2016, um total de 21 crianças entre 6 a 12 anos aceitaram o convite para passar um dia inteiro na mina sob a supervisão de um grupo de voluntários, participando de atividades práticas educativas e recreativas que mostravam como e porque devemos adotar um comportamento seguro nos mínimos detalhes da nossa vida.

Programas de Educação Ambiental e Recomposição de Áreas Mineradas:

O Programa de Educação Ambiental é realizado na Base de Pesquisas Ambientais da mina, onde alunos e professores recebem informações sobre preservação do meio ambiente, conhecem de perto a fauna e flora local e percorrem trilhas ecológicas. Desde 1996, quando o programa foi iniciado, 9.022 estudantes e 728 professores já visitaram a área de proteção ambiental.

Já o Programa de Recomposição de Áreas Mineradas garantiu, em 2016, o plantio de 11.487 mudas (totalizando 1.664.272 desde o início do programa). Com isso foram recuperados no ano 37,18 hectares, completando um total de 558,93 hectares recompostos. Dez famílias da zona rural do município de Mataraca - PB são diretamente envolvidas na produção de mudas nativas, atividade que promove geração de renda. Essas famílias em 2016 foram responsáveis por 79% da quantidade de mudas demandada pelo programa.

Programa de Reuso de Águas de Processo:

O Programa de Reuso de Águas de Processo obteve novo recorde em 2016 e garantiu a reutilização de 94% dos efluentes das plantas úmidas de beneficiamento. Essas águas foram direcionadas para manutenção do nível do lago operacional do complexo draga, representando uma redução de 12% de captação de água “nova” do manancial responsável pelo abastecimento da mina, o rio Guajú.

Em 2016 a Cristal Mineração colheu frutos da instalação de sistema de medição setorizada do consumo de água potável e campanhas de conscientização sobre uso responsável da agua, ações que reduziram o consumo em mais de 40% frente a média histórica registrada na operação.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de empregados da Companhia totalizou, em 2016, 524 empregados diretos (538 no ano de 2015), e seu quadro de empregados apresenta baixos índices de “turnover”, em 2016 este índice foi de 0,30% (0,70% em 2015).

A Companhia participa de diversos grupos técnicos para pesquisa sobre práticas relativas à remuneração, garantindo assim a efetividade da política de remuneração para seus empregados. A empresa oferece ainda benefícios alinhados com as principais práticas de mercado, tais como: participação nos lucros, previdência privada, auxílio educação, assistência médica, assistência odontológica, programa qualidade de vida, dentre outros.

Em 2016 foram investidas mais de 2.600 horas em ações de treinamento, objetivando o atendimento das demandas de ordem técnica e de segurança e meio ambiente, além de também direcionar esforços para acompanhamento das alterações na legislação tributária.

Na gestão de segurança e meio ambiente, destaca-se as mais de 700 horas investidas no desenvolvimento e aprimoramento das equipes de respostas às emergências, além do sucesso no processo de certificação em radioproteção para mais um membro da equipe de engenharia.

No desenvolvimento técnico e gestão das equipes foram investidas mais de 1.900 horas de treinamento, onde se destacaram seminários internos de engenharia, formação de novo grupo de auditores interno do programa Atuação Responsável da Abiquim, seminários em automação de sistemas de controle de processo e seminários executivos para novos gestores da Companhia.

8.1 - Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, nos exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia, nos exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

8.3 - Contratos relevantes

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais, nos exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

9.1 - Outros bens relev. - ativo não circulante

(Em R$ mil)

9.1 Imobilizado

Bahia	2016	2015	2014
Imobilizado	**102.750**	**113.348**	**120.173**
Terrenos	1.017	1.017	1.018
Edificações	92.354	93.154	92.354
Máquinas e Equipamentos	282.722	262.479	252.985
Instalações	141.796	144.189	140.183
Obras em andamento	5.880	18.661	14.505
Outros	22.757	19.202	18.416
(Depreciação acumulada)	-443.776	-425.354	-399.288

Mina	2016	2015	2014
Imobilizado	**46.494**	**26.369**	**27.671**
Terrenos	3.409	3.409	3.409
Edificações	16.759	16.760	16.760
Máquinas e Equipamentos	82.145	81.531	80.173
Instalações	35.854	35.826	35.649
Obras em andamento	796	555	1.257
Outros	57.093	33.112	250
(Depreciação acumulada)	-149.562	-144.824	-109.827

Total	2016	2015	2014
Imobilizado	**149.244**	**145.593**	**164.990**
Terrenos	4.426	4.426	4.427
Edificações	109.113	109.914	109.114
Máquinas e Equipamentos	364.867	344.010	333.158
Instalações	177.650	180.015	175.832
Obras em andamento	6.676	19.216	15.762
Outros	31.849	52.314	18.666
ARO	48.001	5.876	17.146
(Depreciação acumulada)	-593.338	-570.178	-509.115

9.1 Intangível

Bahia	2016	2015	2014
Intangível	**499**	**665**	**1.150**
Benfeitorias	4.266	6.711	4.265
Software	598	598	598
(Depreciação acumulada)	-4.365	-6.644	-3.713

Mina	2016	2015	2014
Intangível	**283**	**321**	**359**
Benfeitorias	0	0	1
Software	423	423	423
(Depreciação acumulada)	-140	-102	-65

Total	2016	2015	2014
Intangível	**782**	**986**	**1.509**
Benfeitorias	4.266	6.711	4.266
Software	1.021	1.021	1.021
(Depreciação acumulada)	-4.505	-6746	-3778

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
ÁREA INDUSTRIAL	Brasil	BA	Camaçari	Própria
ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL	Brasil	PB	MATARACA	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui nenhum dos tipos de ativos intangíveis mencionados no item 9.1.b..
Os ativos intangíveis que a Companhia possui estão apresentados no item 9.1.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram sobre a incorporação da subsidiária integral Cristal Mineração do Brasil Ltda. (“Cristal Mineração” ou “Filial”).

A incorporação integra um processo de reorganização societária, o qual tem por objetivo simplificar e otimizar a gestão dos ativos e fluxo de caixa das sociedades envolvidas, além de ensejar maior racionalização e centralização nos negócios comerciais, com simplificação da estrutura societária, dos controles contábeis, e redução de encargos financeiros e custos operacionais.

A incorporação se enquadra na hipótese prevista na alínea "b" do inciso I da Deliberação CVM nº 559/08, tendo sido dispensada pela CVM a elaboração do laudo de avaliação da Cristal Mineração pelo valor de mercado de seus ativos, conforme previsto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76. Assim, a Cristal Mineração deixou de ser uma controlada e passou a ser uma Filial da Companhia.

10.1 - Condições financeiras-patrimoniais

Do ponto de vista dos fundamentos do mercado nacional, apesar da crise econômica que persistiu ao longo de todo o ano de 2016, as importações de dióxido de titânio tiveram forte redução influenciada pela conjuntura econômica, política e demais incertezas, estimulando o mercado a buscar um maior abastecimento com o único fornecedor local, a Cristal Pigmentos do Brasil S/A. No âmbito externo, as importações de produtos de origem chinesa apresentaram uma forte redução na oferta, o que concomitante aos aumentos de preço desta origem, desmotivou o mercado a adquirir altos volumes importados.

Com relação ao preço, manteve-se no último trimestre do ano o movimento de alta, refletindo a tendência global de recuperação de margens da indústria de dióxido de titânio. O crescimento da demanda mundial e a forte redução dos níveis de estoque, continuaram a dar sustentação à implementação de aumentos de preço.

Relativamente ao segmento de minérios, observamos uma leve queda nas operações quando comparado ao ano de 2015. Essa queda se justifica pela crise econômica na qual o país ainda se encontra, principalmente na construção civil, mercado no qual estes produtos tem a sua maior utilização. Quanto ao preço médio de venda global dos minérios em Reais, também observamos uma pequena queda quando comparado ao mesmo período do ano anterior, acompanhando o movimento relativo ao preço das commodities internacionais.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Período de 12 meses*		
(Em milhares de reais)	dez/2016	dez/2015	ΔH%
Receita líquida	484.948	422.591	15%
Custo de vendas	(418.101)	(391.404)	7%
Custo sobre a receita	***86%***	***93%***	
Lucro (prejuízo) bruto	66.847	31.187	114%
Margem bruta	***14%***	***7%***	
Lucro líquido (prejuízo)	**83.999**	**(20.908)**	502%
Margem líquida	***17%***	***-5%***	
EBITDA	**76.810**	**40.191**	91%
Margem EBITDA	***16%***	***10%***	

*****Refere-se aos números consolidados, considerando os nove meses de operação da filial da Paraíba antes da incorporação pela Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

Receita líquida

O aumento das vendas no ano de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, deveu-se pelos fatores internos e externos citados anteriormente. Outro fator importante foi o dólar médio do ano, que foi maior em 2016 quando comparado ao ano anterior, afetando positivamente as vendas de pigmento de titânio e minérios. Assim, considerando um aumento da receita líquida de 15%, vale destacar:

Segmento de pigmento de titânio

i. aumento de 11% no volume de vendas de dióxido de titânio, principalmente no que se refere ao mercado nacional (crescimento da demanda e correspondente redução dos estoques globais de dióxido de titânio); e

ii. aumento dos preços de venda do dióxido de titânio anunciado no final de 2015, que foi integralmente implementado durante o ano de 2016 (estes aumentos de preços foram observados em todas as regiões do mundo).

Segmento de minérios

i. mesmo observando um aumento no volume de vendas em 2016, em comparação ao ano anterior, tivemos uma leve queda no preço médio de vendas, ou seja, o reflexo na variação da receita líquida total, comparando os dois exercícios (2016 e 2015), foi praticamente nulo. A título de exemplo, o volume de vendas da Zirconita aumentou 2,5%, enquanto que seu preço médio de venda no ano caiu cerca de 3,5%.

Custo de vendas

No acumulado de 2016 observamos uma melhora na margem bruta em comparação ao mesmo período do ano anterior, resultado positivo do esforço e trabalho da Companhia na implementação do programa de redução/corte de custos, estabelecido pelo Grupo quando da elaboração do Orçamento base para o ano de 2016.

Lucro líquido (prejuízo)

A margem líquida do ano de 2016 foi positiva em 17%, contra uma margem negativa de 5% do ano anterior. O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 83.999 mil, contra um prejuízo de R$ 20.908 mil apurado no ano anterior.

O crescimento da margem líquida deveu-se principalmente por três fatores principais:

i. melhora nas margens de receita e custo, que juntas, combinaram para um aumento de 114% no lucro bruto;

ii. repetição do indébito tributário, no valor de R$ 42 milhões, decorrente de trânsito em julgado da Ação Declaratória que reconheceu o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS; e

iii. resultado financeiro:

iii.1) flutuação da variação cambial no comparativo dos anos em análise, em decorrência da queda do dólar (variação cambial positiva de R$ 7.580 mil em 31/12/2016, ante uma variação cambial negativa de R$ 9.945 mil em 31/12/2015, ou seja, uma flutuação positiva de 176%); e

iii.2) reconhecimento da atualização, no valor de R$ 33 milhões, do indébito tributário decorrente de trânsito em julgado da Ação Declaratória, citado anteriormente.

EBITDA

	Período de 12 meses		
(Em milhares de reais)	**dez/2016**	**dez/2015**	**ΔH%**
Lucro líquido (prejuízo)	83.999	(20.908)	-502%
Resultado financeiro	(42.543)	10.121	-520%
Depreciação e amortização	28.954	46.626	-38%
IR e CS	6.400	4.352	47%
EBITDA	**76.810**	**40.191**	**91%**

No acumulado do ano de 2016, o EBITDA apresentou um crescimento de 91% em comparação ao mesmo período do ano anterior, basicamente por causa de:

i. redução da representatividade do custo sobre a receita (melhoria da margem bruta), impulsionado pelo crescimento percentual da receita (15%) maior que o do custo (7%); e

ii. indébito tributário, conforme citado anteriormente.

Índice de liquidez corrente

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Ativo Circulante (AC)	426.387	388.630	10%
Passivo Circulante (PC)	124.703	153.443	-19%
Índice de liquidez corrente (AC / PC) *(em reais)*	3,42	2,53	35%

O índice de liquidez corrente é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente. Se o resultado do índice for maior que 1, cenário em que se encontra a Companhia nos dois períodos apresentados (3,42 em dez/16 e 2,53 em dez/15), significa que a Companhia possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo.

Vale destacar ainda o crescimento do índice no comparativo dos anos, ocasionado principalmente pelo aumento do caixa e equivalentes de caixa e a redução do passivo circulante, decorrente basicamente da liquidação de parte dos saldos de empréstimos e financiamentos (R$ 50.443 mil em dez/16, contra R$ 88.780 mil em dez/15).

Índice de liquidez seca

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Ativo Circulante (AC)	426.387	388.630	10%
Estoques (E)	189.367	223.876	-15%
Passivo Circulante (PC)	124.703	153.443	-19%
Índice de liquidez seca ((AC - E) / PC)) *(em reais)*	1,90	1,07	77%

Alguns críticos financeiros indicam que apresentar um elevado índice de liquidez corrente pode não ser tão bom assim, pois poderá significar que a Companhia possui muito dinheiro atrelado a ativos não produtivos, que não se realizariam no curto prazo. Assim foi criado o índice de liquidez seca, que possui a mesma natureza/característica do índice de liquidez corrente, deduzindo da base de cálculo a variável “Estoques”, ou seja, o índice de liquidez seca visa saldar as obrigações da Companhia de curto prazo sem depender da venda de estoques.

Assim como o índice de liquidez corrente, se o resultado do índice de liquidez seca for maior que 1, cenário em que se encontra a Companhia nos dois anos apresentados (1,90 em dez/2016 e 1,07 em dez/2015), significa que a Companhia possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo, sem a necessidade da venda de seus estoques.

O crescimento do índice observado no comparativo dos períodos segue a mesma lógica/justificativa apresentada no item anterior (liquidez corrente).

Índice de endividamento

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Ativo Total (AT)	644.348	562.292	15%
Passivo Total (PT)	222.569	220.387	1%
Índice de endividamento (PT / AT x 100) ***(%)***	34,54	39,19	-12%

Este índice revela o grau de endividamento da Companhia e sua política de obtenção de recursos, se a Companhia vem financiando o seu Ativo com recursos próprios ou de terceiros.

Para avaliar o risco, quanto maior este índice pior será para a Companhia, visto que menor será a liberdade de decisões financeiras e maior será a dependência a esses terceiros, ou seja, maior a participação de capital de terceiros no financiamento das operações corporativas.

Analisando os períodos apresentados, observamos uma melhora neste índice para a data base atual. Para dez/15 o resultado indicava que a Companhia financiava 39% dos seus ativos com capital de terceiros, enquanto que para dez/16 está dependência caiu para 35%. Esta variação decorre basicamente da redução dos saldos de empréstimos e financiamentos.

Índice de dívida/patrimônio

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Passivo Total (PT)	222.569	220.387	1%
Patrimônio líquido (PL)	421.779	341.905	23%
Índice de dívida/patrimônio (PT / PL) ***(em reais)***	0,53	0,64	-18%

O índice de dívida/patrimônio informa quanto de patrimônio líquido a Companhia tem para cada R$ 1,00 (um real) de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda corrente e não em percentual.

Da mesma forma que no índice de endividamento, quanto maior o índice, pior. Quanto mais alto ele for, maior será a participação de capital de terceiros na Companhia, e, consequentemente, maior será a dívida da Companhia.

ROA - Taxa de retorno sobre o ativo total

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Ativo Total (AT)	644.348	562.292	15%
Lucro líquido (Prejuízo) (LL (P))	83.999	(20.908)	502%
ROA - Receita sobre o ativo total (LL (P) / AT) *(em reais)*	0,13	(0,04)	451%

Este índice indica a lucratividade da Companhia em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total. Quanto maior for o rendimento da Companhia sobre o total dos ativos, melhor, e quanto mais capitalizada a Companhia for, menor será o ROA. Em resumo indica o retorno gerado por cada R$ 1,00 (um real) investido pela Companhia.

Na data base de dez/16, para cada R$ 1,00 (um real) investido, a Companhia recupera R$ 0,13 (treze centavos). Em comparação ao mesmo período do ano anterior, observamos um crescimento considerável neste índice, já que em dez/15 o resultado líquido foi negativo, e o efeito sobre o capital investido contrário, ou seja, para cada R$ 1,00 (um real) investido a Companhia precisou reinvestir mais R$ 0,04 (quatro centavos).

ROE - Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
Patrimônio líquido (PL)	421.779	341.905	23%
Lucro líquido (Prejuízo) (LL (P))	83.999	(20.908)	502%
ROE - Receita sobre o patrimônio líquido (LL (P) / PL) *(em reais)*	0,20	(0,06)	426%

O ROE mede a capacidade da Companhia de agregar valor a ela mesma utilizando recursos próprios, fazendo com que ela cresça usando somente aquilo que ela já tem. Em resumo indica o retorno para cada R$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos na Companhia.

Analisando os números da Companhia, o resultado do ROE é semelhante ao do ROA. Na data base de dez/16, para cada R$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos, a Companhia tem um retorno de R$ 0,20 (vinte centavos). Em comparação ao ano anterior, também observamos um crescimento considerável neste índice, já que em dez/15 o resultado líquido foi negativo, e o efeito sobre os recursos próprios investidos contrário, ou seja, para cada R$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos a Companhia precisou reinvestir mais R$ 0,06 (seis centavos)

Grau de alavancagem financeira

(Em milhares de reais)	dez/16	dez/15	ΔH%
ROA - Receita sobre o ativo total	0,13	(0,04)	451%
ROE - Receita sobre o patrimônio líquido	0,20	(0,06)	426%
Grau de alavancagem financeira (ROE / ROA) *(em reais)*	1,53	1,64	-7%

O grau de alavancagem financeira indica o grau de risco ao qual a Companhia está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital.

Em ambos os períodos apresentados a alavancagem financeira é boa, visto que temos um resultado maior que 1 (1,53 em dez/16 e 1,64 em dez/15), o que significa dizer que o retorno do ativo total será maior do que a remuneração paga ao capital de terceiros. Caso o cenário fosse o inverso (resultado menor que 1), indicaria riscos financeiros e uma elevada participação de terceiros na Companhia.

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) Comentários sobre os efeitos relevantes que a introdução ou a alienação de segmento operacional tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Não se aplica.

(b) Comentários sobre os efeitos relevantes que a constituição, a aquisição ou a alienação de participação societária tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Não se aplica.

(c) Comentários sobre os efeitos relevantes que eventos ou operações não usuais tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Créditos de PIS e COFINS:

Em novembro de 2014, a Companhia teve conhecimento do trânsito em julgado da decisão que julgou procedente Ação Declaratória reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, bem como de ser restituída, inclusive mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, dos valores indevidamente recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, ocorrido em 26 de março de 2007, até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a complexidade de levantar as informações para se apurar de forma precisa os valores envolvidos, bem como sua devida adequação face às normas existentes, a Administração ao longo de 2015 e 2016 procedeu à contratação de pareceres técnicos e jurídicos especializados, cujo objetivo foi identificar a metodologia apropriada para apurar corretamente o valor a ser recuperado e fazer valer a materialização do direito reconhecido na decisão judicial transitada em julgado.

Como consequência deste trabalho, foi finalizado o processo para levantamento dos valores referentes aos anos de 2002 e 2014, tendo sido reconhecido os créditos fiscais a recuperar cujo valor do principal corresponde a R$ 41.844 mil e, que atualizado para 31 de dezembro de 2016 é de R$ 75.256 mil.

10.4 - Mudanças nas práticas cont. - Ressalvas e Enfâses

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (“CMV”) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - “IFRS”) emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, assim como também não há ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões

A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei.

As principais causas com probabilidade de perda possível ou remota, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

i) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Em 14 de maio de 2015, o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/1990, no entanto, o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra essa decisão que se encontra aguardando julgamento.

Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores ajuizou ação de cumprimento contra a Companhia perante a 2ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, que foi julgada parcialmente procedente em 28 de março de 2016. Dessa decisão, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho.

Os assessores jurídicos classificam como remoto o risco de perda referente a esse processo, principalmente porque a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida anteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores.

ii) Auto de Infração de ICMS

A Secretaria da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R$ 7.900 mil em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R$ 5.995 mil. Contra estra decisão, a Companhia ajuizou ação anulatória na Vara da Fazenda Pública obtendo decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo até o julgamento final do processo.

Em 17 de maio de 2012, a 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela antes controlada da Companhia, Cristal Mineração, para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R$ 38.000 mil, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

Gastos para desmobilização da mina

Os gastos para desmobilização da mina correspondem aos programas desenvolvidos de forma a contemplar todos os custos que serão necessários para as atividades destinadas à mitigação dos impactos decorrentes da desmobilização do empreendimento e restauração socioambiental. Estes gastos são calculados através da utilização de premissas subjetivas, as quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão (8% a.a.).

A Companhia, em atendimento à legislação e regulamentação ambiental, contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos, restauração de áreas degradadas e programas socioeconômicos. Essa nova avaliação indicou a necessidade de complemento da provisão no montante de R$ 30.106 mil, sendo R$ 21.494 mil registrado em contrapartida do ativo imobilizado e R$ 8.612 mil contra o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As estimativas de custos são revistas anualmente, como também a consequente revisão de cálculo do valor presente. O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão é registrado em contrapartida da despesa financeira.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui tributos diferidos ativos no montante de R$ 19.092 mil (31/12/2015 - R$ 3.996 mil) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão para recuperação da mina. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R$ 86.932 mil, sendo que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar a totalidade dos referidos créditos.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

10.7 - Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

10.8 - Plano de negócios

Não é prática da Companhia a divulgação do seu plano de negócios.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia que não tenham sido relacionados neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

De acordo com os termos do Artigo 20 da Instrução CVM 480/09, a Companhia opta por não divulgar suas projeções e estimativas.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

11.2 - Acompanhamento das projeções

De acordo com os termos do Artigo 20 da Instrução CVM 480/09, a Companhia opta por não divulgar suas projeções e estimativas.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

12.1 - Estrutura administrativa

a. nome	Paulo Roberto Dantas Oliveira	Ciro Mattos Marino
b. idade	58	55
c. profissão	Engenheiro Mecânico	Engenheiro Mecânico
d. CPF ou número do passaporte	220.495.761-53	055.993.258-81
e. cargo eletivo ocupado	Diretor	Diretor Presidente
f. data de eleição	19/05/2017	19/05/2017
g. data da posse	19/05/2017	19/05/2017
h. prazo do mandato	01 ano	01 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor de Relação com Investidores	Presidente do Conselho de Administração
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

12.2 - Regras, políticas e práticas em Assembleias

(a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas nos termos da lei, com no mínimo 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos em segunda convocação. A Assembleia Geral reunir-se-à, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que convocada.

(b) Competências

A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

(c) Endereços (físicos ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

As Atas e Publicações relativas à assembleia geral estarão disponíveis no Portal de Relação com Investidores da Companhia (http://www.cristal-ri.com.br/), no portal da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (http://www.bmfbovespa.com.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesse

Em seu Código de Conduta, a Companhia estabelece como princípio que todos os seus empregados e demais colaboradores evitem atividades pessoais e interesses financeiros que possam conflitar com suas responsabilidades na Empresa. O empregado não deve perseguir ganhos para si ou outrem através do uso indevido de sua posição.

O documento orienta que o colaborador denuncie qualquer informação ou fato que sugira um conflito de interesses (ou potencial conflito), o qual envolva o próprio ou outro empregado da Companhia.

De acordo com o código de conduta, merecem atenção os seguintes motivos para conflitos de interesse:

- Compras ou interesses em uma empresa externa, quando o empregado estiver em posição, na Cristal, de afetar as relações de negócios entre a Cristal e a Empresa objeto do interesse do empregado;
- Comprometimento com um segundo emprego, ocupação ou trabalho em tempo parcial que faça o empregado gastar tempo cuidando de assuntos não relacionados com a Cristal durante o horário comercial, ou usar recursos da Cristal para fins referentes ao seu outro cargo;

- Nomeação como conselheiro, ou outro cargo oficial, em outra organização, onde o empregado possa estar envolvido em decisões que afetem, ou possam afetar a Cristal, ou outras entidades que possam interagir diretamente com a Cristal;
- Aceitação de subornos, presentes, hospitalidade ou outros favores ou serviços, que possam ou pretendam levar o empregado a conseguir vantagens particulares para o concessor, ou a usar o seu cargo na Cristal para influenciar as relações da Cristal com o concessor;
- Empregados que usem o próprio cargo para conseguir vantagens particulares para parentes, amigos ou parceiros de negócios, incluindo o envolvimento da Cristal em relações de negócios com empresas administradas ou de propriedade de parentes, amigos ou parceiros de negócios, ou a tomada de decisões ocupacionais referentes a parentes ou amigos pessoais que trabalhem na Cristal.

As denúncias devem ser feitas através dos canais de comunicação da Companhia:

1) Comitê de ética e auditoria, presencialmente ou por telefone
2) Canal de denúncia – Telefone
3) Canal de denúncia – Website

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Com vistas a agilizar os trabalhos das assembleias, a administração da Companhia solicita que os acionistas depositem na Companhia, com 72 horas de antecedência da data designada para realização das assembleias, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 dias antes da data da realização das Assembleias; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, com reconhecimento de firma do outorgante, e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores para essa finalidade.

(h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias

A Companhia não transmite o vídeo e/ou áudio das assembleias.

(i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

A Companhia não possui tais mecanismos.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Conforme art. 16 do Estatuto Social da Cristal, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria a administração da companhia, sendo o Conselho de Administração órgão de deliberação colegiada.

De acordo com os arts. 17 a 21, o prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, admitida a reeleição, sendo estendido até a investidura dos novos administradores eleitos. O Conselho será composto de até 5 (cinco) membros, acionistas, pessoas naturais, eleitos pela Assembleia Geral, e o presidente será eleito pelos membros do Conselho de Administração, por maioria de votos. No caso de vacância de cargo do Conselho, a Assembleia Geral será convocada, dentro de 10 (dez) dias para proceder à eleição de seu substituto. O Conselho se reunirá por convocação do Presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de 1 (um) membro.

São competências do Conselho de Administração (art. 22):

I – fixar orientação geral dos negócios da companhia;
II – eleger os Diretores, fixando-lhe as atribuições;
III – destituir os Diretores;
IV – fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer atos;
V – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
VI – declarar dividendos semestrais ou intermediários, observado o disposto no Estatuto Social;
VII – escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
VIII – autorizar a Diretoria a adquirir ações da própria Companhia, com observância das normas legais e regulamentares em vigor;
IX – escolher e dispensar o consultor jurídico da Companhia;
X – emitir parecer sobre quaisquer propostas da Diretoria à Assembleia Geral;
XI – estabelecer novas linhas de negócios, ou interromper as então existentes;
XII – definir a política a ser observada para os assuntos que ultrapassem os atos ordinários de gestão; e
XIII – autorizar a Diretoria:

1 – a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis por natureza, admitindo-se as aquisições somente quando os imóveis forem destinados às operações industriais ou comerciais;
2 – a adquirir, onerar ou alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicações em incentivos fiscais;
3 – a contrair obrigações financeiras quando superiores, individualmente, a 20% (vinte por cento) do capital social realizado. Não serão consideradas obrigações financeiras, para estes efeitos, os descontos de duplicatas e os empréstimos para capital de giro junto a instituições financeiras; e
4 – a celebrar qualquer acordo com acionistas ou com empresa na qual acionista da Companhia tenha qualquer forma de interesse.

12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

A Companhia possui departamento Jurídico, Medicina Ocupacional, Relações com a Comunidade e Recursos Humanos com profissionais habilitados para interpretar, identificar e mediar conflitos de natureza trabalhista, pessoal, profissional, carreira, ocupacional, entre outros aspectos relacionados ao trabalho, todos regidos pela conduta empresarial da Companhia.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
PAULO ROBERTO DANTAS OLIVEIRA	12/04/1957	Pertence apenas à Diretoria	19/05/2017	1 ano	3
130.332.555-15	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	19/05/2017	Sim	0.00%
Diretor Administrativo					
Alejandro Hernan Tochilovsky	21/12/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/05/2017	01 ano	4
404.008.675-91	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/05/2017	Sim	100.00%
Gerente de Supply Chain					
Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras	23/06/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/05/2017	1 ano	9
481.147.905-04	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/05/2017	Sim	100.00%
Gerente Jurídico					
CIRO MATTOS MARINO	25/08/1958	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/05/2017	1 ano	15
055.993.258-81	Engenheiro Mecânico	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	19/05/2017	Sim	100.00%
Diretor Presidente					
MARCELO PEREIRA FERNANDES DE BARROS	06/12/1967	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	2
441.951.765-49	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	19/05/2017	Sim	0.00%
João Roberto Sena da Paixão	24/07/1955	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	7
064.429.435-34	Asministrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/05/2017	Sim	100.00%
Aurélio Cezar da Silva Cardozo	07/08/1964	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	2
338.665.115-15	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/05/2017	Sim	100.00%
Armando Garrido Lopes de Sá	24/08/1944	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	7
021.744.995-68	Engenheiro químico	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	19/05/2017	Sim	0.00%
Massao Fábio Oya	17/11/1981	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	5
297.396.878-06	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	19/05/2017	Não	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Jorge Michel Lepeltier	29/09/1947	Conselho Fiscal	19/05/2017	1 ano	1
070.190.688-04	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	19/05/2017	Não	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

PAULO ROBERTO DANTAS OLIVEIRA - 130.332.555-15

Administrador de Empresas formado pela Universidade Católica de Salvador, BA, Pós Graduado em Marketing e RH pela UNIFACS em Salvador, BA, Especializado em Gestão de Negócios pelo INSEAD, Fr e Mestre em Administração pela UFBA. Especializou-se em administração de grandes empresas nacionais e multinacionais do ramo químico e petroquímico operando no Brasil e exterior.

Com uma carreira que ultrapassa 35 anos, adquiriu experiência nas áreas de recursos humanos, informática, finanças, suprimentos, relações trabalhistas, comunicação, relações com comunidade, jurídica, gestão de negócios, comissionamento e des-comissionamento de fábricas, governança corporativa, mercê de suas experiências profissionais junto às empresas Dow Química Aratu, Acrilonitrila do Nordeste (Rhodia), Dow Corning Silinor, Pronor/Nitrocarbono/Propet (atualmente Braskem), Monsanto do Brasil LTDA, tendo iniciado carreira na Dow em 1979 como estagiário, foi sendo designado e convidado para cargos Gerenciais nos anos seguintes, ocupou a Gerencia Geral de Fábrica de hidrolisado da Dow Corning Silinor da Bahia de 1989 a 1992, a Gerencia Corporativa Administrativa da Pronor/Nitrocarbono/Propet de 1992 a 1999, foi um Sênior Representative da Administração para a construção e implantação da fábrica da Monsanto no Polo Petroquímico da Bahia de 1999 a 2002. Em 2003 ocupou o cargo de Business Partner de Recursos Humanos na Cristal, sendo também Conselheiro de Administração da Companhia de 2005 até 2014.

Atua também como Conselheiro Fiscal do Sindicato das Empresas do Polo Petroquímico de Camaçari, foi vice-presidente executivo e Presidente do Conselho Fiscal da ABRH-Ba durante várias gestões e Presidente do Comitê de Gestão Estratégica de Pessoas da AMCHAM-Câmara de Comercio Americana Bahia em 2012/13.

Alejandro Hernan Tochilovsky - 404.008.675-91

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), Pós Graduado em Gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Dissertação: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO E MEDIÇÃO DE DESEMPENHO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS - Estudo de caso com empresas de produção de commodities dos complexos industriais de Camaçari e Aratu.

Experiência profissional de 25 anos adquirida em grandes empresas nacionais e internacionais como AKZO NOBEL, BRASKEM, MILLENNIUM CHEMICALS, LYONDELL CHEMICAL E CRISTAL COMPANY, atuando nas áreas de planejamento, supply chain e vendas. Experiência com fusão de empresas, ambientes e culturas diversas, interfaces complexas e gestão de conflitos relacionados a processos e pessoas. Desenvolvimento e Implementação de processos voltados diretamente para a gestão do negócio envolvendo relacionamentos e ações nas esferas governamentais, fiscal, financeira e comercial. Vivência de aproximadamente 20 anos dedicados ao gerenciamento de contratos de grande porte, envolvendo negociações complexas, grandes somas de capital e interesses divergentes. Experiência internacional com participação em times multidisciplinares, construindo e alinhando estratégias globais com outros executivos na America Latina, EUA, Europa e Asia. Habilidade e flexibilidade para lidar com ambientes diversos a nível nacional e internacional, visão estratégica e foco no resultado do negócio. Fluência em inglês e espanhol. Inovação para processos de mudança e postura para aprender e passar novos conhecimentos.

Perfil empreendedor e multidisciplinar com capacidade para perseguir metas estratégicas de curto e longo prazo. Experiente negociador com diversos interlocutores. Competências interpessoais indispensáveis à participação em conselhos e diretorias nas áreas comerciais, relações governamentais e relações com investidores.

Atualmente é responsável pelo departamento de Supply Chain na Cristal para a América Latina e América Central.

Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras - 481.147.905-04

Formação: Bacharelado em Direito – UFBA (1986-1990); Especialização em Direito Processual Civil – UNIFACS (1997-1999); e Especialização em Direito Civil - UNIFACS (2002-2003).

CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S/A, Desde Julho de 2005, Indústria química estabelecida no Pólo Petroquímico de Camaçari – BA, GERENTE JURÍDICO (desde Julho de 2005) e MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (desde Abril de 2009).

VERACEL CELULOSE S/A - De Dezembro de 2003 a Julho de 2005 Indústria de celulose - GERENTE JURIDICO

UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR - De Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003 -Universidade particular com atuação no Estado da Bahia. GERENTE JURÍDICO e PROFESSOR DE DIREITO

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB - De Março/2000 a Março de 2002Entidade sindical representante do segmento industrial do Estado, incluído SESI, SENAI e IEL.

GERENTE JURIDICO - BOMPREÇO BAHIA S.A. De Abril/1994 a Abril de 1999 Rede de supermercados/hipermercados no Estado da Bahia

GERENTE JURÍDICO - ARTHUR ANDERSEN S/C. Agosto/1991 a Novembro/1993 - Empresa de auditoria e consultoria empresarial CONSULTOR FISCAL/JURÍDICO

Membro da Comissão de Assessoramento Jurídico da ABIQUIM – Associação Brasileira das Indústrias Químicas e Vice-Presidente da Comissão Jurídica da Câmara Americana de Comercio (AMCHAM) – Seção Bahia

---

CIRO MATTOS MARINO - 055.993.258-81

Graduado pela FEI - Faculdade de Engenharia Industrial, em Engenharia Mecânica, em 1982; Pós-graduado em Marketing, Finanças e Recursos Humanos pela Fundação Vanzolini, da USP, em 1989. Participou de vários cursos de curta duração relacionados à liderança, “compliance” e antitruste realizados nos EUA entre 1999 e 2012. Fluente em Inglês, escrito e falado; em Espanhol, apenas falado; e ainda com conhecimentos de Francês.
Desde 1999 na Companhia, foi contratado para a posição de Diretor de Marketing e Vendas com responsabilidade sobre a América Latina, incluindo o México. Em 2000, adicionalmente à posição de Diretor de Marketing e Vendas, acumulou a posição de Superintendente de Fundo de Pensão da Millennium. Em 2001, assumiu a posição de Diretor Estatutário da Cristal. Depois, ao final de 2002, promovido a Diretor Geral e Membro do Conselho, e em 2003 a Presidente do Conselho de Administração da Companhia, posição exercida até a presente data – por todo o período, manteve a responsabilidade sobre a área de Marketing e Vendas. No período de 2003 a 2009 assumiu, em paralelo, posição na Diretoria da Kemwater, joint-venture entre a Companhia e a Kemira.Air Products – 1995 a 1999: Em 1995, convidado para assumir a posição de Gerente Geral da Divisão Química no Brasil, teve como missão principal organizar e criar infraestrutura operacional para a divisão no Brasil com a contratação de Controller, Recursos Humanos, etc. No ano 2000, foi envolvido em uma série de diligências visando M&A acompanhado de agentes internacionais da Companhia e consultores. Ainda neste ano, participou do processo de aquisição da empresa “Química da Bahia” e posterior fusão com as operações da Air Products no Brasil.

Rhodia S.A. – 1982 a 1995: Em 1982, admitido como Estagiário e Trainee, passando pelas áreas de Plásticos de Engenharia, Manutenção, Utilidades, Projetos e Assistência Técnica. Em 1983, promovido a Assistente Técnico JR em Polímeros, depois alterada para Assistente Técnico Comercial em 1985, acumulando as funções das áreas Técnicas e Vendas. Nos anos seguintes, na mesma função, promovido a Pleno e Senior. Em 1990, promovido à posição de Gerente Comercial. Em 1994, promovido à Gerente de Negócios para a América Latina.

ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química: Paralelamente à atividade empresarial, desenvolveu uma série de atividades junto a ABIQUIM. De 2000 a 2004 atuou na comissão para assuntos Legislativos. De 2006 até a presente data participa da Comissão de Corantes e Pigmentos. E, de 2008 até a presente data, é Conselheiro no Comitê Diretor da entidade.

MARCELO PEREIRA FERNANDES DE BARROS - 441.951.765-49

Desde Dezembro/2014 – Esporte Clube Bahia
Diretor Administrativo-Financeiro
Novembro/2013 a Dezembro/2014
Consultor
Gestão interina e reestruturação do setor financeiro e administrativo de empresa em recuperação judicial
Captação de recursos financeiros para empresas em situação de stress
Setembro/2010 a Dezembro/2013 – Segin Comércio e Serviços Ltda.
Sócio-Diretor
Dezembro/2005 a Dezembro/2010 – UNIFACS – Universidade Salvador
Assessor da Reitoria
Agosto/ 2007 a Janeiro/2009 – MCE Engenharia Ltda
Consultoria para Reestruturação Administrativa, Contábil e Financeira
Janeiro/03 a Novembro/2005 – Secretaria da Administração do Estado da Bahia
Secretário de Estado
Órgãos diretamente ligados:
SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Prêmio Gestão Pública da ONU/2004)
DETRAN – Departamento estadual de Trânsito
PRODEB - Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
PLANSERV - Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado da Bahia
Presidente dos seguintes Conselhos:
Conselho de Administração da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB
Conselho de Gestão das Organizações Sociais – CONGEOS
Conselho de Modernização e Informática – COMIN
Conselho de Gestão do Planserv - Plano de Assistência à Saúde dos Servidores – CONSERV
Conselho de Política de Recursos Humanos do Estado da Bahia – COPE
Conselho de Previdência Estadual - CONPREV
Conselho de Administração da Superintendência de Construções Administrativas da

João Roberto Sena da Paixão - 064.429.435-34

Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Bahia, Pós Graduado em Planejamento Tributário com Metodologia de Ensino Superior pela Universidade Salvador – UNIFACS, Curso de Extensão Universitária em Planejamento Tributário pela Faculdade Baiana de Ciências – FABAC e Técnico em Contabilidade pelo Centro Integrado Luiz Tarquínio.

Com uma trajetória profissional de mais de 38 anos acumulou experiência trabalhando em empresas privadas de grande porte, tais como: Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A (Tibrás - Titânio do Brasil S/A), COBAFI – Cia. Bahiana de Fibras, EMCA – Empresa Carioca de Produtos Químicos S/A, (Grupo Atlantic), Indústria de Premoldados Star Ltda. (grupo Odebrecht) e SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S/A, nas áreas de finanças, contabilidade, pessoal, fiscal e materiais, como empreendedor, é sócio da JRP Consultoria Empresarial Ltda., atuando nas seguintes áreas: administrativa, controladoria, contabilidade, fiscal e societária. Ex professor da rede estadual de ensino lecionando a disciplina Matemática Financeira, palestrante na Faculdade Visconde de Cayrú e Universidade Católica do Salvador, com os seguintes temas: “Contador Rumo ao Mercado de Trabalho”, “Empreendedorismo – Funcionamento da Atividade Empresária” e “Tributação das Empresas”. Instrutor de vários cursos profissionalizantes, avaliador do trabalho de Fraudes Fiscais da turma de formandos do curso de Ciências Contábeis da UNIFACS, membro do Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários – CAFT, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, membro suplente do Comitê Temático de Investimento e Financiamento do Fórum Regional Permanente das ME e EPP da Secretaria da Industria e Comércio do Estado da Bahia.

Aurélio Cezar da Silva Cardozo - 338.665.115-15

Bacharelado em Direito, Economia e Administração de Empresas, Mestrado em Administração e Comércio Internacional, Pós-Graduação em Finanças e Gestão Empresarial.

Membro independente com 29 anos de sólida experiência profissional, atuando em posições de Diretoria e Gestão, em empresas de médio e grande porte, nos segmentos de Engenharia, Consultoria Empresarial, Industrial, Auditoria e Serviços nas áreas Financeira, Adminstrativa, Auditoria, Planejamento Corporativo, Econômico, Financeiro e Tributário, Tesouraria, Controladoria, Orçamentos, Custos, Recursos Humanos e Juridica.

Forte atuação na liderança dos processos e na análise de rentabilidade e de viabilidades de investimentos, estruturação de Operações Financeiras, Due Diligence, Relacionamento com Investidores e Processos de M&A.

Atuação como docente em instituição de ensino superior das seguintes disciplinas: Gestão Empresarial, Gestão Industrial e Planejamento Estratégico.

Armando Garrido Lopes de Sá - 021.744.995-68

ENGENHEIRO QUIMICO

Massao Fábio Oya - 297.396.878-06

Conselheiro Fiscal Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, é Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzel S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16) e Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (abr/15 a abr/16). É Conselheiro Titular presentemente da: Companhia Paranaense de Energia – COPEL (desde 04/15); Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), WLM Indústria e Comércio S.A. (desde out/11), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/14), Bicicletas Monark S.A. (desde abr/15) e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (desde abr/15).

Jorge Michel Lepeltier - 070.190.688-04

Contador

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores?
NÃO SE APLICA

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros?
NÃO SE APLICA

12.11 - Acordos-Seguros de administradores

A Companhia possui seguro de Administradores contratado com a empresa ACE Seguradora S.A., cujo objeto é o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária, nos termos da apólice, das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pelo segurado ou tomador, sua controlada e/ou subsidiária, quando este antecipar valores correspondentes à indenização e perdas do segurado, relativamente às garantias contratadas e especificadas em apólice, observadas as exclusões e limitações nela expressamente previstas.

12.12 - Práticas de governança corporativa

A Companhia cumpre todas as regras de governança corporativas previstas no Regulamento do Novo Mercado. A Companhia entende que as divulgações de informações da Companhia são pautadas nas mais rigorosas práticas de governança corporativa da atualidade e que mantém um histórico de ótima comunicação e transparência com investidores.

(a) Estatuto e Políticas

A Companhia possui Estatuto e Políticas formalizados e divulgados, que orientam a condução de suas operações de forma ética e em conformidade com as leis, normas e melhores práticas do mercado.

Dentre as políticas divulgadas destacam-se:

- Política Antissuborno e Anticorrupção
- Política de Distribuição de Resultados
- Política de Divulgação das Informações
- Política de Gerenciamento de Risco
- Política de Insider Trading
- Política de Negociação de Valores Mobiliários
- Política de Remuneração do Conselho e da Diretoria
- Politica de Transações com partes relacionadas

As políticas estão disponíveis através do Portal de Relacionamento com Investidores da Companhia (http://www.cristal-ri.com.br).

(b) Código de Conduta e Ética

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética divulgado em seu Portal de Relacionamento com Investidores (http://www.cristal-ri.com.br), que orienta seus colaboradores e *stakeholders* (fornecedores, consultores, contratados e semelhantes) a agir da maneira correta e respeitar os demais.

O Código de Conduta e Ética estabelece princípios comportamentais que vão desde o cumprimento da lei até o combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo, passando pelo relacionamento entre empregados, acionistas, comunidade e terceiros (conflitos de interesse e concorrência).

12.13 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm.

Todas as informações relevantes já foram divulgadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

13.1 - Política-Prática de remuneração

A. Objetivos da política ou prática de remuneração

A administração da remuneração para Conselheiros, Diretores Estatutários ou de qualquer outro empregado não estatutário visa compensar os colaboradores na MEDIANA do mercado no qual a empresa se insere, ou seja, no ramo químico & petroquímico.

Adicionalmente, qualquer decisão sobre remuneração é definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil.

B. Composição da remuneração, indicando:

b.1) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos Conselheiros da Administração é composta pela seguinte premissa abaixo:

- GRATIFICAÇÃO ANUAL – Remuneração anual definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

A remuneração dos Diretores Estatutários é composta pelas seguintes premissas abaixo:

- HONORÁRIOS FIXOS e BÔNUS ANUAIS – Remuneração definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

- BENEFÍCIOS – São os respectivos componentes definidos pela matriz e o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil: Carro designado, plano de pensão, assistência médica, seguro de vida, seguro e D&O.

b.2) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- Os honorários fixos e Bônus anual correspondem à remuneração definida pela matriz e o setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

b.3) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- Os honorários fixos são fixados pela matriz.

- Os valores, critérios de pagamento, bem como os indexadores de desempenho do Bônus são determinados pela matriz anualmente para todas as unidades Globais.

b.4) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- A Cristal pesquisa o mercado setorial e define a remuneração considerando cargos similares no Brasil e nos países que opera.

b.5) Metodologia de cálculo para membros do conselho fiscal:

- Para os membros do conselho fiscal serão estabelecidos remunerações mensais fixas determinadas pelo conselho de Administração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A remuneração opta por não divulgar estas informações.

13.3 - Remuneração variável

Informações sobre a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Valor ainda não divulgado	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Valor ainda não divulgado	N/A

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 77.220,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 278.442,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 1.037.825,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

(a) Termos e condições gerais

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(b) Principais objetivos do plano

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(f) Número máximo de ações abrangidas

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(g) Número máximo de ações a serem outorgadas

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(h) Condições para aquisição de ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(k) Forma de liquidação

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

(l) Restrições à transferência das ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

13.5 - Remuneração baseado em ações

Informações sobre a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento**.**

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

13.6 - Opções em aberto

Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento**.**

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Informações sobre opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento**.**

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 - Precificação das ações-opções

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

13.9 - Participações detidas por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, na data de encerramento do último exercício social.

Apenas Ciro Mattos Marino e Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras, membros do Conselho de Administração, e Paulo Roberto Dantas Oliveira, Diretor da Companhia, possuem ação da Cristal, sendo que cada um possui 1 (uma) ação ordinária.

13.10 - Planos de previdência

Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão – Diretores Estatutários + Conselho de Administração	2016	2015	2014	2013
b. Número de membros	4	4	4	4
c. nome do plano	Itaú PGBL – Flexprev Empresa Plus	Itaú PGBL – Flexprev Empresa Plus	Itaú PGBL – Flexprev Empresa Plus	Itaú PGBL – Flexprev Empresa Plus
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	S/N	S/N	S/N	S/N
e. condições pára se aposentar antecipadamente	S/N	S/N	S/N	S/N
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 634.637,00	R$ 404.693,20	R$ 1.220.842,00	R$ 1.228.622,00
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 634.637,00	R$ 404.693,20	R$ 1.220.842,00	R$ 1.228.622,00
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Somente na hipótese de saída involuntária	Somente na hipótese de saída involuntária	Somente na hipótese de saída involuntária	Somente na hipótese de saída involuntária

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 - Mecanismos remuneração-indenização

Arranjos contratuais, apólices de seguros e outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A remuneração dos Diretores Estatutários é composta pelas seguintes premissas abaixo:

- HONORÁRIOS FIXOS e BÔNUS ANUAIS – Remuneração definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

- BENEFÍCIOS – São os respectivos componentes definidos pela matriz e o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil: Carro designado, plano de pensão, assistência médica, seguro de vida, seguro e D&O.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

13.13 - Percentual partes relacionadas na remuneração

De acordo com o CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas...

Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis.

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
(ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
(iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

(b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:

(i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
(ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
(iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
(iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
(v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
(vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
(vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade).

O item “iii” da letra “a” descreve que qualquer membro do pessoal chave da administração deve ser considerado uma parte relacionada, assim sendo toda a diretoria estatutária da Companhia é uma parte relacionada sua, e consequentemente a remuneração desta diretoria enquadra-se neste item do formulário de referência (“13.13 – Percentual partes relacionadas na remuneração”). Além disso, o presidente do Conselho de Administração é um dos membros da diretoria estatutária da Companhia, e a remuneração para ele também se enquadra neste item.

Assim sendo, considerando a remuneração paga para a diretoria estatutária, incluindo a parte cabível ao presidente do Conselho de Administração, o percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia foi de aproximadamente 25% nos três últimos exercícios sociais.

órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 - Remuneração - outras funções

Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

13.15 - Remuneração reconhecida controlador-controlada

Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

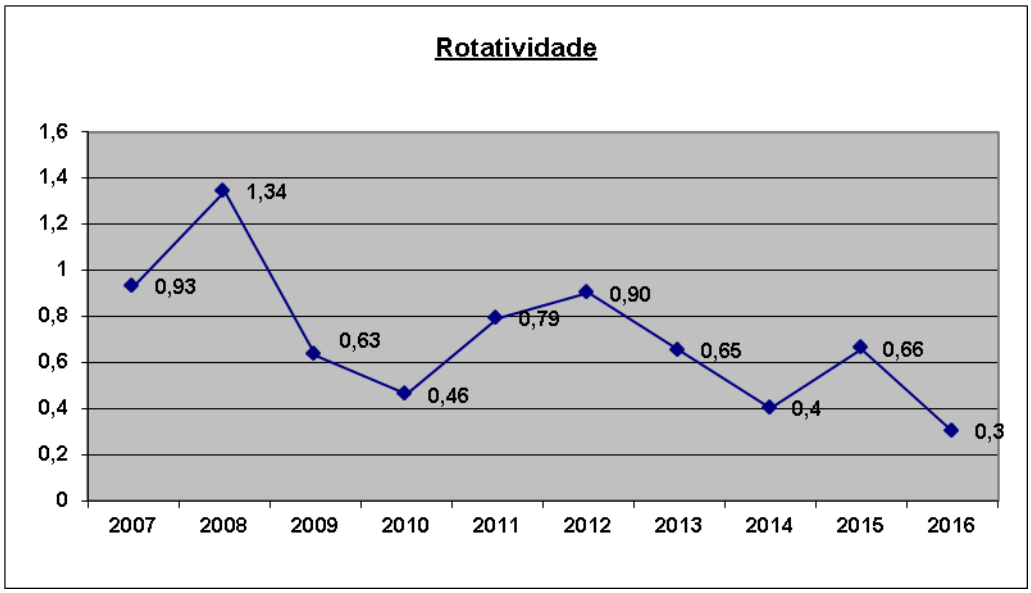
14.1 - Descrição dos recursos humanos

A Companhia tem dentro da sua estrutura de recursos humanos uma visão estratégica que norteia todas as funções internas do setor: treinamento e desenvolvimento, gestão de remuneração e benefícios, qualidade de vida e etc.

Para isso, são trabalhados com os colaboradores questões de desenvolvimento pessoal e treinamento que são balizados a partir dos valores da organização e demandas técnicas. Adicionalmente, o setor de Recursos Humanos trabalha com políticas e diretrizes que formatam as atividades do cotidiano da Companhia como plano de cargos e salários e normativas de treinamentos e gestão de benefícios que são periodicamente revisadas.

Baseada nesta estrutura, a Companhia finalizou o ano de 2016 com 528 colaboradores alocados nas unidades da Bahia, Paraíba e São Paulo, e com a respectiva redução do índice de rotatividade, conforme demonstrado abaixo:

a) Índice de rotatividade da Companhia ao longo dos anos.



b) Quantidade de colaboradores por unidade no Brasil em 31/12/2016

Unidade	Quantidade
Bahia	356
Paraíba	158
São Paulo	14

.

14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes durante o ano de 2016.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

14.3 - Política remuneração dos empregados

A política de remuneração fixa da Companhia é baseada em pesquisa periódica de mercado setorial.

A partir de estudo, são definidos parâmetros que estabelece o plano de cargos e salários da organização, considerando cargos similares no Brasil e nos países que opera.

Adicionalmente, a Companhia adota como remuneração variável a política de PLR nos quais os valores são definidos e aprovados anualmente a partir de metas previamente negociadas com o sindicato da categoria profissional.

14.4 - Relações emissor-sindicato

A nossa relação com o sindicato (Sindiquímica – BA) é baseada em valores e diretrizes como boa comunicação, transparência, respeito mútuo.

O setor de Recursos Humanos é a área responsável para estabelecer este canal de comunicação efetivo e transparente.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes referente ao setor de Recursos Humanos já foram apresentadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
MILLENNIUM HOLDINGS BRASIL LTDA					
02.602.261/0001-07	BRASIL-SP	Não	Sim	19/05/2017	
Não					
8.047.298	99,020000%	0	0,000000%	8.047.298	34,660000%
MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS AUSTRALIND					
08.934.107/0001-19	INGLATERRA-NO	Não	Não	19/05/2017	
Sim	Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras		Fisica	481.147.905-04	
0	0,000000%	8.583.534	56,890000%	8.583.534	36,970000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	6.177.837	71,970000%			
Preferencial Classe B	2.405.697	28,030000%			
TOTAL	8.583.534	78,980954%			
OUTROS					
79.421	0,980000%	6.504.745	43,110000%	6.584.166	28,370000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	3.695.953	56,820000%			
Preferencial Classe B	2.808.792	43,180000%			
TOTAL	6.504.745	43,111245%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
8.126.719	100,000000%	15.088.279	100,000000%	23.214.998	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MILLENNIUM HOLDINGS BRASIL LTDA				02.602.261/0001-07	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
0	0,000000	858.553.315	100,000000	858.553.315	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

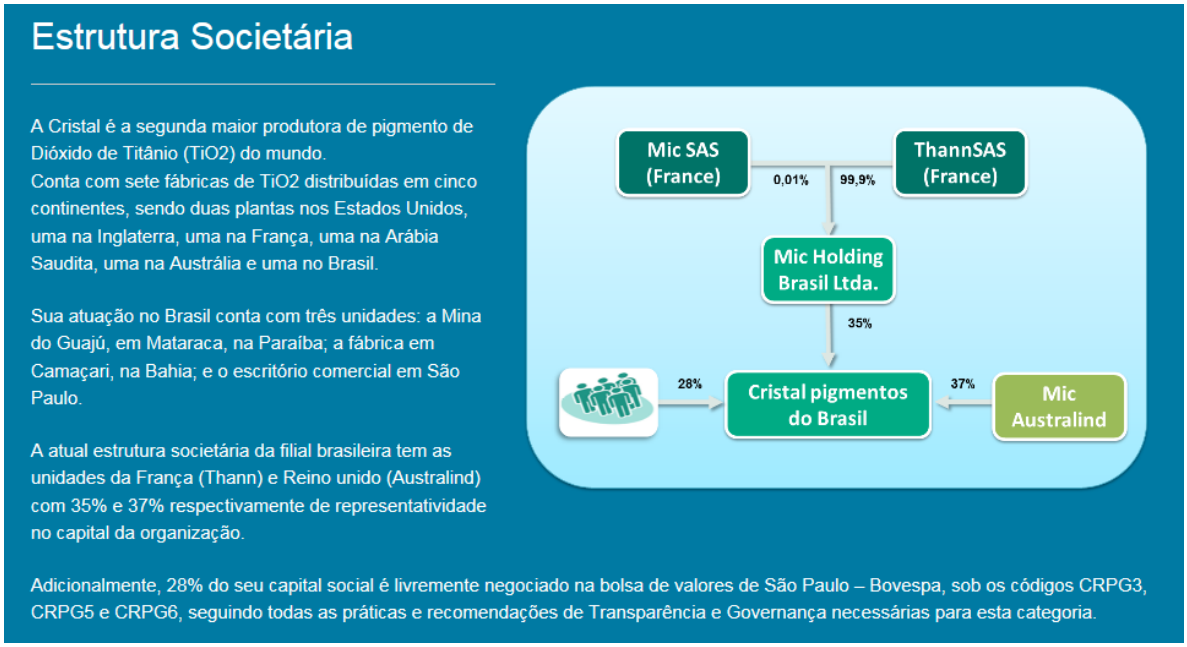
Data da última assembleia / Data da última alteração	19/05/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2.555
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	95
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	8.126.719	35,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	15.088.279	65,000000%
Preferencial Classe A	9.873.790	65,000000%
Preferencial Classe B	5.214.489	45,000000%
Total	23.214.998	100,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas



15.5 - Acordo de acionistas

Não se aplica.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

15.6 - Alterações relevantes particip. - controle e adm

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

15.7 - Principais operações societárias

Incorporação da subsidiária integral Cristal Mineração do Brasil Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram sobre a incorporação da subsidiária integral Cristal Mineração do Brasil Ltda. (“Cristal Mineração” ou “Filial”).

A incorporação integra um processo de reorganização societária, o qual tem por objetivo simplificar e otimizar a gestão dos ativos e fluxo de caixa das sociedades envolvidas, além de ensejar maior racionalização e centralização nos negócios comerciais, com simplificação da estrutura societária, dos controles contábeis, e redução de encargos financeiros e custos operacionais.

A incorporação se enquadra na hipótese prevista na alínea "b" do inciso I da Deliberação CVM nº 559/08, tendo sido dispensada pela CVM a elaboração do laudo de avaliação da Cristal Mineração pelo valor de mercado de seus ativos, conforme previsto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76. Assim, a Cristal Mineração deixou de ser uma controlada e passou a ser uma Filial da Companhia.

Contrato para alienação de negócios entre Tasnee e Tronox

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta, controlada pela Thann Chimie SAS, empresa pertencente ao Grupo Tasnee (“Tasnee”).

Em 21 de fevereiro de 2017, a Tasnee celebrou um contrato para a alienação dos negócios de dióxido de titânio de todo o grupo para a Tronox Limited (“Tronox”), contrato este que está sujeito à obtenção de autorizações governamentais e regulatórias. Tendo em vista que esta transação representará a alienação do controle da Companhia para a Tronox, a Tronox deverá promover uma Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) das ações ordinárias em circulação da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das S.A.

15.8 - Outras informações relevantes - Controle e Grupo Econômico

Não se aplica, as informações relevantes referente a Controle e Grupo Econômico já foram divulgadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

16.1 - Regras, políticas e práticas - Partes relacionadas

Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia possui uma política de transações com Partes Relacionadas divulgada em seu portal de relação com investidores (http://www.cristal-ri.com.br), que descreve todas as diretrizes da organização para realização de transações com partes relacionadas.

A política define os seguintes conceitos:

1. Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados na avaliação se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

2. Coligadas: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Além disso, são estabelecidas as regras de transações com partes relacionadas aplicadas pela Companhia:

1. Transações entre empresas do grupo Cristal Global: Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados pelo grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2. Empréstimo mútuo: Em caso de existência de empréstimos efetuados entre pessoas jurídicas e físicas que são partes relacionadas com a Cristal Global, todo o processo será realizado mediante emissão contratual aprovada pela Controladoria e Diretoria Administrativa sob a chancela do Conselho de Administração. Adicionalmente, os respectivos procedimentos seguirão as devidas práticas contábeis e fiscais vigentes no país.

3. Transfer Pricing: Todas as realizações de transferência de recursos efetuadas entre empresas e filiais seguem as melhores práticas contábeis, sendo efetivado a partir de valores correspondentes com informações atualizadas do custo do mês anterior.

4. Distribuição de lucros e dividendos: Qualquer transferência de valores entre partes relacionadas referentes a lucros e dividendos são aprovadas em reunião do Conselho de Administração sob valores auditados por empresa independente e parecer do Conselho Fiscal.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Cristal Mineração do Brasil Ltda	30/09/2016	18.434.985,46	R$ 0,00, em 31/12/2016	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Até 30/09/2016 controlada direta. A partir desta data, a controlada foi incorporada e passou a ser uma filial da Companhia.						
Objeto contrato	Relação comercial, compra de minérios, especificamente Ilmenita, matéria prima base para produção do dióxido de titânio. A Companhia comprou, até set/16, a materia prima Ilmenita da sua até então controlada direta, cristal Mineração. Após a incorporação de sua controlada, ocorrida em 30/09/2016, a Ilmenita passou a ser transferida da sua, agora, filial, para a matriz, Cristal Pigmentos.						
Garantia e seguros	Não existem						
Rescisão ou extinção	Não existem						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Crislat Ltd. (França)	31/12/2016	8.732.000,00	R$ 10.242.000,00 em 31/12/2016	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertencente ao Grupo Tasnee, grupo o qual a Companhia faz parte, ou seja, possuem o mesmo controlador indireto.						
Objeto contrato	Relação comercial. Venda de minério, especificamente Ilmenita.						
Garantia e seguros	Não existem						
Rescisão ou extinção	Não existem						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cristal Switzerland (Suiça)	31/12/2016	15.643.000,00	R$ 9.018.000,00 em 31/12/2016	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertencente ao Grupo Tasnee, grupo o qual a Companhia faz parte, ou seja, possuem o mesmo controlador indireto.						
Objeto contrato	Compra de produtos inerentes ao objeto social da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem						
Rescisão ou extinção	Não existem						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Tratamento de conflitos-comutatividade

Conforme determinado em seu Código de Conduta e Ética, divulgado em seu Portal de Relação com Investidores (http://www.cristal-ri.com.br), a Companhia espera de todos os seus empregados e demais colaboradores que evitem atividades pessoais e interesses financeiros que possam conflitar com suas responsabilidades na Companhia.

A Companhia determina que qualquer uma das situações abaixo, que possam até mesmo dar impressão de haver um conflito de interesse seja comunicada, para que as devidas atitudes sejam tomadas por quem e a quem couber:

- Compras ou interesses em uma empresa externa, quando o empregado estiver em posição, na Companhia, de afetar as relações de negócios entre a Companhia e a empresa objeto do interesse do empregado.

- Comprometimento com um segundo emprego, ocupação ou trabalho em tempo parcial que faça o empregado gastar tempo cuidando de assuntos não relacionados com a Companhia durante o horário comercial, ou usar recursos da Companhia para fins referentes ao seu outro cargo.

- Nomeação como conselheiro ou outro cargo oficial, em outra organização, onde o empregado possa estar envolvido em decisões que afetem, ou possam afetar a Companhia, ou outras entidades que possam interagir diretamente com a Companhia.

- Aceitação de subornos, presentes, hospitalidade ou outros favores ou serviços, que possam ou pretendam levar o empregado a conseguir vantagens particulares para o concessor, ou a usar o seu cargo na Companhia para influenciar as relações da Companhia com o concessor.

- Empregados que usem o próprio cargo para conseguir vantagens particulares para parentes, amigos ou parceiros de negócios, incluindo o envolvimento da Companhia em relações de negócios com empresas administradas ou de propriedade de parentes, amigos ou parceiros de negócios, ou a tomada de decisões ocupacionais referentes a parentes ou amigos pessoais que trabalhem na Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não se aplica, as informações relevantes referente às transações com partes relacionadas já foram divulgadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/01/2008	162.504.983,90		8.126.719	15.088.279	23.214.998

Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações	
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**
Preferencial Classe A	9.873.790		
Preferencial Classe B	5.214.489		

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento de capital social no exercício de 2016.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação no exercício de 2016.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social no exercício de 2016.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Nas deliberações da Assembléia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Nas deliberações da Assembléia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não possuimos
Outras características relevantes	Não possuimos

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Artigo 8º: As ações preferenciais da classe "A" que não terão direito a voto, gozarão de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor nominal e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe “B";
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	às ações preferenciais da classe “A”, terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o de voto. Artigo 9º : Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "A" e da classe "B” terão preferência para subscrição de aumento de capital.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Não se aplica

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B

18.1 - Direitos das ações

Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da classe "A" que não terão direito a voto, gozarão de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor nominal e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe “B";
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Parágrafo único: As ações preferenciais da classe "B" gozarão de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercitável apenas em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe “A”, terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o de voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias, e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do art. 111 da Lei de Sociedades por Ações
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Não se aplica

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito a voto

De acordo com o estatuto social da Companhia, temos as seguintes regras:

"Artigo 7º*: As ações ordinárias e as ações preferenciais serão escriturais.*

Parágrafo único*: Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordináriadará direito a um voto.*

Artigo 8º*: As ações preferenciais da classe "A" que não terão direito a voto, gozarão de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor nominal e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B";*

I - nos lucros, que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% (seis por cento) ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B"; e

II - na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas aocapital social.

Parágrafo único*: As ações preferenciais da classe "B" gozarão de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercitável apenas em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das 4 ações ordinárias, exceto o de voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias, e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do art. 111 da Lei da Sociedade por Ações.*

Artigo 9º *: Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "A" e da classe "B" terão preferência para subscrição de aumento de capital.*

Artigo 10*: A Companhia deverá:*

I - completar, dentro de 15 (quinze) dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações, bem como o desdobramento de títulos múltiplos, e

II - colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da respectiva Ata da Assembleia Geral, as ações correspondentes ao aumento de capital mediante incorporação de lucros ou reservas, correção monetária ou subscrição integral.

***Artigo 11**: A Companhia poderá, mediante comunicado às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, suspender, por períodos que não ultrapassem cada um 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência, conversão e desdobramento de certificado.*

***Parágrafo único**: O disposto neste artigo não prejudicará o registro de transferência de ações negociadas em Bolsa anteriormente ao início do período de suspensão."*

políticos previstos no estatuto

18.3 - Suspensão de direitos patrimoniais-políticos

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações sobre volume/cotação de valores mobiliários estão disponíveis ao público em geral no site da BM&FBovespa.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários negociados no Brasil.

18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias, preferenciais classe A e preferenciais classe B da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob os códigos CRPG3, CRPG5 e CRPG6.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Na data-base deste Formulário de Referência, não temos nenhum valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não houve ofertas públicas de distribuição no exercício de 2016.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não houve ofertas públicas no exercício de 2016.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não houve ofertas públicas de aquisição no exercício de 2016.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

18.12 - Outras informações relevantes - Valores mobiliários

Não se aplica, todas as informações relevantes referente aos valores mobiliários já estão divulgadas neste formulário.

Cristal Brasil
Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes
Camaçari - BA - Brasil
55 71 2634-9114
www.cristal.com

Brilliance inspired by titanium

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não posui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui valores imobiliários mantidos em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**31/12/2016**
Cargo e/ou função	Sandro Freitas Oliveira (Líder de Governança, Riscos e Controles Internos) Paulo Roberto Dantas Oliveira (Diretor de Relações com Investidores) Marcelo Passos Doria (Gerente de Controladoria)

Principais características e locais de consulta

INTRODUÇÃO
Política com o objetivo de descrever todas as diretrizes da organização para realização de Negociação com Valores mobiliários.

APLICAÇÃO
Esta política é aplicada na unidade Brasil da Cristal Global.

PROCEDIMENTO/POLÍTICA
Visando formalizar uma política de Negociação com valores mobiliários relacionadas que contemple todos aspectos de Governança questionados por organizações regulatórias como a CVM, descrevemos as diretrizes da Cristal Global aplicada a unidade Brasil, atendendo os
diferentes itens questionados em formulários de referência enviados a Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia possui uma Política de Negociação de Valores Mobiliários, publicada e divulgada em seu Portal de Relação com Investidores (http://www.cristal-ri.com.br), que descreve as diretrizes da Cristal Global aplicada à unidade Brasil.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A. Vedação ao negócio

Através da Política, a Companhia estabelece que o Diretor de Relação com os Investidores tem alçada suficiente de estabelecer vedações à compra ou venda de ações referentes à Cristal Brasil para colaboradores e investidores externos, baseada nas seguintes diretrizes:

1. A Companhia não incentiva a compra de ações pelos colaboradores. Adicionalmente, caso exista algum funcionário com parentes de até 2º grau de parentesco que esteja efetuando movimentações com valores mobiliários da Companhia, é mandatório que esta informação seja repassada para Diretoria de Relação com Investidores.

2. O Diretor de Relação com Investidores deverá avaliar a necessidade, diante do fato relevante a ser comunicado, de solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários pelo tempo necessário para disseminação do ato (Ex.: Incorporação, Cisão total ou parcial, Fusão, Transformação ou Reorganização Societária), destacando que esta diretoria é responsável em prestar possíveis esclarecimentos adicionais para órgãos competentes quando solicitado.

3. O Diretor de Relação com investidores pode avaliar em suspensão por até 15 dias as compras e vendas de ações antes do período de divulgação de atos ou fatos relevantes, informações trimestrais auditadas (ITR´s) e anuais.

B. Responsabilidade das pessoas envolvidas na Governança da Companhia

1. Fica estabelecido que pessoas com informações relevantes da Companhia ainda não divulgadas ao mercado têm como responsabilidade zelar pelo sigilo do conteúdo, a fim de impossibilitar que sejam utilizadas as respectivas informações para gerar flutuações atípicas nos valores mobiliários da Companhia.

2. Adicionalmente, pessoas que não cumprirem as regras estabelecidas acima, deverão ressarcir integralmente a Companhia ou terceiros com os prejuízos aplicados para estas partes.

3. Fica estabelecido que o Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública através das regras estabelecidas em “Política de Divulgação das Informações” da companhia.

4. Fica estabelecido que Ex-Administradores afastados no período anterior a divulgação pública de fatos relevantes ou que ocorreram no período da sua gestão não poderão efetuar negociações mobiliárias pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

5. O Diretor de Relação com Investidores é a pessoa responsável pelo monitoramento desta política, sendo assessorado por órgão interno de monitoramento: Setor de Governança, Riscos e Controles e comitê de Auditoria e ética.

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Conforme Política de Divulgação de Informações, divulgada no Portal de Relação com os Investidores da Companhia (http://www.cristal-ri.com.br), considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável e exemplificado abaixo:

1. Na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia aberta ou a eles referenciados;

2. Na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

3. Na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Exemplos de ato ou fato potencialmente relevante:

1. Assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

2. Mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

3. Celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia;

4. Ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

5. Autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeira;

6. Decisão de promover o cancelamento de registro da Companhia aberta;

7. Incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;

8. Transformação ou dissolução da Companhia;

9. Mudança na composição do patrimônio da Companhia;

10. Mudança de critérios contábeis;

11. Renegociação de dívidas;

12. Aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

13. Alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;

14. Desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

15. Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

16. Lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

17. Celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

18. Aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

19. Início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

20. Descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;

21. Modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e

22. Impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia.

21.2 - Descrição - Política de divulgação

As informações relevantes deverão ser sempre divulgadas antes ou depois do encerramento da bolsa de valores, entendendo que o Diretor de Relação com os Investidores deverá externar a informação para CVM e site da Companhia (www.cristal-al.com.br) imediatamente após a ocorrência do ato ou fato relevante.

Adicionalmente, o Diretor de Relação com os Investidores deverá avaliar a necessidade, diante do fato a ser comunicado, de solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários pelo tempo necessário para disseminação do ato relevante (Ex.: Incorporação, Cisão total ou parcial, Fusão, Transformação ou Reorganização Societária), destacando que esta diretoria é responsável em prestar possíveis esclarecimentos adicionais para órgãos competentes quando solicitado.

Pessoas que eventualmente informarem antes da divulgação ao mercado do fato relevante ao mercado, deverão informar tal circunstância para que o Diretor de Relação com o Investidores efetue as devidas providências necessárias.

A Companhia divulgará simultaneamente os atos ou fatos relevantes através de ofício para CVM e Bolsa de Valores e site da Companhia (www.cristal-al.com.br). Adicionalmente, para atos relevantes considerados pelo Diretor de Relação com os Investidores como de necessidade maior para disseminação em meios de comunicação, serão definidos jornais de grande publicação para complementar a divulgação de informações ao mercado.

21.3 - Responsáveis pela política

Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar em site da Companhia e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (doravante referida simplesmente como "CVM") sobre qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

Qualquer reunião para pessoas externas (entidades de classe, analistas ou público selecionado) à Companhia que possa eventualmente explicitar informações relevantes deverão ser realizadas com a presença do Diretor de Relação com os Investidores e seu resultado deverá ser divulgado simultaneamente ao mercado.

Adicionalmente, caso seja identificada uma flutuação atípica dos valores mobiliários da Companhia na bolsa de valores, o Diretor de Relações com Investidores deverá averiguar o ocorrido internamente com o objetivo de identificar e divulgar ao mercado qualquer ação inadequada.

Caso as pessoas referidas no parágrafo anterior tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante a CVM.

Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia, salvo na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia, quando a divulgação deverá ser levada a efeito.